

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

----- Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel. -----

----- Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção do primeiro secretário da mesa Alberto Clemente de Melo e Sousa e os senhores deputados, Ana Maria Feijó de Oliveira Reis, Benvinda da Silva, Cristiana Filipa Moreira da Silva e o senhor Presidente da Junta de freguesia de Croca, Jorge Alexandre Ribeiro da Mota. -----

----- O senhor deputado Alberto Clemente de Sousa, do Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Liliana Cristina Gomes Nunes. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Feijó de Oliveira Reis, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Cristiana Leite Cruz. -----

----- A senhora deputada Benvinda Liliana Rodrigues da Silva, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Cristiana dos Santos Coelho. -----

----- A senhora deputada Cristiana Filipa Moreira da Silva, do Grupo Municipal "Grupo de Cidadãos Eleitores Tino de Rans – Penafiel é Top", apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor António Fernando Rodrigues Barbosa. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Croca, Jorge Alexandre Ribeiro da Mota, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora secretária da Junta de Freguesia, Sónia Rosa Silva Ribeiro. -----

----- O senhor primeiro secretário, Alberto Clemente de Melo Sousa, foi substituído pelo senhor segundo secretário José da Silva Rodrigues e o senhor segundo secretário foi substituído pela senhora deputada Liliana Cristina Gomes Nunes. -----



----- O senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura dos votos de louvor: -----

-----1 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex. a aprovação de um voto de louvor à Unidade de AVC do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (CHTS) pela conquista do prémio "AVC e Investigação Clínica 2019", no âmbito do 20.º Congresso do Núcleo de Estudos da Doença Vascular Cerebral da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna (SPMI), que se realizou a 29 e 30 de novembro, no Porto.-----

----- O Congresso do Núcleo de Estudos da Doença Vascular Cerebral é um dos maiores congressos da SPMI, sendo anualmente atribuídos 3 prémios na área do AVC. Além do CHTS com o prémio Investigação Clínica, foram também distinguidos o Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central e o Centro Hospitalar Universitário de São João, com os prémios Inovação e Dinamismo e Investigação Básica, respetivamente. -----

----- O prémio conquistado, uma bolsa de estágio, com a duração de três meses, num centro de referência mundial, em Oxford, será entregue a um interno da unidade. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 6 de dezembro de 2019, endereça Unidade de AVC do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa os nossos parabéns e os nossos votos para que continuem com o excelente trabalho em prol da saúde dos portugueses." -----

-----2 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex. a aprovação de um voto de louvor à empresa Quinta da Aveleda, de Penafiel, pela distinção com três importantes prémios na área do enoturismo. -----

----- Venceu o prémio Best Vineyard & Gardens dos Global Hospitality Awards, da revista internacional Lux Life Magazine, o prémio de Turismo 2019, dos Prémios Millennium BCP Horizontes, e foi ainda eleita como Melhor Espaço de Comércio e Serviços, nos Prémios da Revista Construir 2019. Estes prémios vêm reforçar e reconhecer os recentes investimentos da empresa no negócio do enoturismo, uma área do turismo em Portugal com um grande potencial de crescimento. -----

----- Os prémios da Lux Life Magazine, atribuídos anualmente e reconheceram a Quinta da Aveleda na categoria de Best Vineyard & Gardens, baseando-se na magnífica e luxuriante paisagem e nas instalações únicas existentes na propriedade. -----



----- Os Prémios Millennium BCP Horizontes, terceira edição, promovidos em parceria com a Global Media Group, a Universidade Católica, a AICEP, a COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação, premiaram a Quinta da Aveleda pelo compromisso que exibiu na estratégia de crescimento das empresas portuguesas que mais se destacam em várias valências. -----

----- Foi, ainda, eleita Melhor Espaço de Comércio e Serviços, nos Prémios da Revista Construir 2019, atribuído pelos leitores e assinantes da revista. Foi distinguida pela reconstrução/readaptação de um antigo edifício da propriedade na criação de um espaço de enoturismo, com sala de provas, vinoteca e loja. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 6 de dezembro de 2019, endereça ao Grupo Aveleda os nossos parabéns e os nossos votos para que continuem com o excelente trabalho em prol do engrandecimento da empresa e de Penafiel.”-----

----- **3 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:** -----

----- “ VOTO DE LOUVOR-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Ex. cia a aprovação de um voto de louvor à jovem atleta penafidelense Joalina de Sousa Ferreira, atleta da equipa Arena Matosinhos, que se sagrou vice- campeã europeia em Low Kick e Full Contact, na categoria de 48kg – seniores, título alcançado no Campeonato da Europa da World Kickboxing Federation (WKF), que decorreu na cidade de Baia Mare, na Roménia, entre os dias 21 e 26 e outubro. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida 6 de dezembro de 2019, endereça à jovem atleta Joalina de Sousa os nossos parabéns, os nossos votos para uma excelente prestação em competições futuras e o nosso muito obrigado pelo engrandecimento que dá ao concelho de onde é natural.”-----

----- **4 — Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:** -----

----- “VOTO DE PESAR -----

----- Os elementos eleitos do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, vêm por este meio propor a V. Ex.ª a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 3 de Outubro de 2019, do distinto Politico e Professor Universitário, Diogo Pinto de Freitas do Amaral.-----

----- Diogo Pinto Freitas do Amaral, nasceu na Póvoa de Varzim em 21 de julho de 1941. Foi líder do CDS, partido que ajudou a fundar em 19 de julho de 1974. Fez parte do VI Governo constitucional na qualidade de Vice-primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo assumido a função de Primeiro-ministro interino após a morte de Francisco Sá Carneiro. Foi também Ministro da Defesa. Mais tarde, entre 2005 e 2006, após ter saído do CDS em 1992, foi novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros integrando um governo do Partido Socialista. -----

-----Em 1986 foi o candidato do CDS, do PSD e PPM (Aliança Democrática) para Presidente da República tendo perdido tangencialmente, na segunda volta, para o candidato Mário Soares.-----

-----Como professor catedrático cumpriu cinco mandatos como presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa. -----

-----Ao serviço do CDS foi eleito deputado da Constituinte de 1975 sendo deputado de 1976 a 1983 e de 1991 a 1993. Foi Conselheiro de Estado de 1974 a 1975. -----

-----A sua imensa carreira política teve também relevo internacional: de 1981 a 1983 foi Presidente da União Europeia das Democracias Cristãs e foi Presidente da Assembleia Geral da ONU no biénio de 1995/96. -----

-----É reconhecidamente um dos fundadores da democracia portuguesa, um homem de Estado, um ilustre académico, e uma figura primordial e incontornável da democracia-cristã europeia.-----

-----Recebeu ao longo da sua carreira, numerosas distinções, destacando-se: -----

-----Cavaleiro de Grã-Cruz da Ordem do Mérito da República Italiana de Itália (3 de novembro de 1980);- -----

-----Grã-Cruz da Real Ordem Norueguesa de Santo Olavo da Noruega (3 de novembro de 1980);-----

-----Grã-Cruz do Mérito com Estrela e Banda da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha Ocidental (22 de dezembro de 1980);-----

-----Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo de Portugal (3 de agosto de 1983); -----

-----Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal (9 de junho de 1994); -----

-----Grã-Cruz da Antiga, Nobilíssima e Esclarecida Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico de Portugal (9 de junho de 2003); -----

-----Comendador da Ordem Nacional do Mérito de França (27 de janeiro de 2006);-----

-----Primeira Classe da Ordem da Estrela Branca da Estónia (29 de março de 2006); -----

-----Doutoramento Honoris Causa pela Universidade Nova de Lisboa (2015). -----

-----Freitas do Amaral foi também um escritor multifacetado e de referência, com mais de 50 obras em áreas diferenciadas como o Direito, Ciência política, Biografia, História, Romance e Teatro. -----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 6 de dezembro de 2019 endereça à família enlutada as mais sentidas condolências. -----

-----Que do voto de Pesar seja dado conhecimento à família."-----

-----**5 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:** -----

-----" VOTO DE PESAR -----

-----Os elementos eleitos do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal vêm por este meio propor a V. Ex.^a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 28 de janeiro, do Sr. José



António da Silva, pai do ilustríssimo senhor Presidente da Junta de São Martinho de Recezinhos, Eduardo Fernando Ribeiro da Silva.-----

----- Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 6 de dezembro de 2019 endereça à família enlutada as mais sentidas condolências. -----

----- Que do voto de Pesar seja dado conhecimento à família." -----

----- **6 — Votos de pesar, apresentados pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor:** -----

----- "VOTO DE PESAR -----

----- O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Ferreira da Silva, natural da Freguesia de Fonte Arcada, irmão do nosso Presidente da Junta de Freguesia de Fonte Arcada e membro desta Assembleia Municipal. -----

----- O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe ainda o cumprimento de um minuto de silêncio em sua memória." -----

----- **7 — Votos de pesar, apresentados pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor:** -----

----- "VOTO DE PESAR -----

----- O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe um voto de pesar pelo falecimento de António Vieira da Rocha. -----

----- António Vieira da Rocha, natural da então Freguesia de Figueira, nascido a 16 de abril de 1988, foi presidente daquela Junta de Freguesia durante vários mandatos, num total de 17 anos de exercício do poder autárquico local, sendo reconhecido como um bom autarca. -----

----- Enquanto autarca e cidadão foi sempre empenhado no desenvolvimento económico, social e cultural, deixando um legado de vasta obra feita na Freguesia, desde a construção da estrada de Figueira a Seixoso, a implantação da Escola Primária, o Largo da Igreja e a construção do Campo de Futebol. -----

----- Foi sócio fundador da Associação para o Desenvolvimento de Figueira, Instituição Particular de Solidariedade Social com elevado reconhecimento no trabalho que desenvolve em prol da comunidade. -----

----- O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe ainda o cumprimento de um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- **8 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:** -----

----- "VOTO DE PESAR -----

----- O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe um voto de pesar pelo falecimento de João Filipe Coelho Pereira. -----

----- João Filipe Coelho Pereira, penafidense de reconhecido mérito do concelho, ao qual, ao longo da



sua vida, imprevista e precocemente interrompida no passado dia 15 de outubro, dedicou uma boa parte da sua ação. -----

----- João Filipe Coelho Pereira, foi licenciado e professor de Filosofia, em várias escolas do país, como por exemplo em Sabugal, mas sobretudo em escolas do concelho de Penafiel. Formou-se igualmente em gestor escolar e foi responsável pela biblioteca da escola sede do agrupamento de escolas Joaquim Araújo.

----- Na sua missão pública foi igualmente membro da Assembleia de Freguesia de Pinheiro, tendo sido candidato à presidência dessa mesma Junta de Freguesia, pelo PSD, e também membro desta Assembleia Municipal nomeadamente no último mandato onde representou Penafiel através do mandato conferido pelos penafidenses por vida da coligação "Penafiel Quer". -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel manifesta o seu profundo pesar pelo seu precoce falecimento e propõe, em consequência que seja dedicado um minuto de pesar em sua memória e que deste voto de pesar seja dado conhecimento à família enlutada." -----

----- Posto à votação a admissibilidade dos votos de louvor, apresentados foram aprovados por unanimidade, António Carlos de Sousa Pinto, Hermínia Maria Ferreira Magalhães, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Liliana Cristina Gomes Nunes, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, João Carlos Baptista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Renato Joaquim da Rocha Barros, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana Leite Cruz, Cristiana dos Santos Coelho, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, António Fernando Rodrigues Barbosa e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca (secretária Sónia Rosa Silva Ribeiro), Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.

-----Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Fez um ponto de ordem à mesa que tem que ver com a forma reiterada como a Câmara Municipal de Penafiel tem ocultado informação à Assembleia Municipal. Por diversas vezes o grupo municipal do Partido Socialista tem solicitado informação e documentação que corrobore com as informações deixadas naquele fórum pelo senhor Presidente da Câmara Municipal e as



Quanto ao modo como aquele tema pode ali ser debatido, a mesa tem disponibilidade para

atender a essa questão. Sugeriu que no âmbito dos grupos municipais se formasse algum consenso no modo como entendem com o assunto pode ser tratado, ou seja, no período antes da ordem do dia ou se aditasse um ponto na ordem do dia para esse efeito. Contudo, achava que deveria ser tratado no final do período antes da ordem do dia, com alguma tolerância nos tempos para que o assunto seja discutido. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Quando as autoridades inspetivas imitem relatórios de auditorias, a Câmara Municipal deve dar conhecimento à Assembleia e esta por sua vez deve dar conhecimento a todos os seus membros, para que todos tomem conhecimento dessa realidade, sendo certo que este é um relatório que fica sujeito ao contraditório ou pelo menos a futuras decisões das instâncias judiciais sobre o caso. E ao ser dado conhecimentos, os senhores deputados tinham o direito e o dever de se pronunciarem sobre aqueles documentos. Contudo, não faz sentido autonomizar o debate porque o período antes da ordem do dia é exatamente para discutir todos os assuntos de relevância e interesse para o município, onde se inclui a apreciação do relatório da IGF que merece todo o respeito, ainda que muitas das vezes, com ele não se concordar. O relatório tece comentários e recomendações para que os serviços se pronunciassem sobre tal. Na opinião do grupo municipal da coligação "Penafiel Quer" não parece necessário que seja autonomizada esta discussão, dando relevância autónoma a essa discussão que pode ser feita no período antes da ordem do dia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Em consonância com todos os grupos municipais foi decidido que o assunto sobre o relatório da IGF seria tratado exclusivamente, no final do período da ordem do dia. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Desejou a todos, festas felizes e que 2020 seja um ano próspero para todos. -----

----- Disse que foram esta semana surpreendidos pelas declarações do senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Antonino de Sousa, mediante as quais acusava o atual Governo de não gostar de Penafiel.

----- "Esse tipo de declarações sempre seriam altamente reprováveis ao nível do princípio da lealdade que deve pautar as relações institucionais, mas tornam-se absolutamente inaceitáveis, quando são baseadas em ocultação de factos, deturpação de outros e de tal forma desprovidas de um mínimo de rigor, que custa a acreditar terem sido proferidas pelo representante máximo dos penafidelenses. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal bem sabe, porque não o pode ignorar, que ao longo dos últimos 4 anos o anterior Governo fez-se representar inúmeras vezes em Penafiel, fosse a nível institucional, fosse para participar em debates de temas que são absolutamente centrais à nossa vida em comunidade. -----

----- Todos os penafidelenses se recordarão da presença do então número 2 do Governo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva e do Secretário de Estado das Comunidades no III encontro de Investidores da Diáspora, tendo inclusive presidido à sessão de abertura. Todos os penafidelenses se



recordam da visita da então Secretária de Estado Adjunta e da Justiça ao Tribunal de Penafiel, da visita do então Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação à 39.ª Edição da Agrival, tendo participado no debate sobre Política Agrícola Comum, curiosamente um debate que encerrou em conjunto com o senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- A essas visitas institucionais, acrescem inúmeras outras de membros do Governo para participar em debates abertos a todos os penafidelenses: a do Ministro das Infraestruturas e da Habitação; a da então Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa; a da Ministra da Cultura; a do Ministro da Educação; a do Ministro do Ambiente; a da Secretária de Estado da Habitação; a do então Secretário de Estado da Proteção Civil; a do então Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares; sempre disponíveis para auscultar aqueles que são os problemas e anseios dos penafidelenses.

----- Assim, só por súbita amnésia, ou manifesta má-fé, se percebe as afirmações, quando diz que em 4 anos o Governo nunca teve sequer um Secretário de Estado para visitar a Agrival, bem sabendo que nunca antes um Governo se tinha feito representar tantas vezes e de forma tão assídua, no nosso concelho.

----- É também manifestamente incompreensível o ataque público que faz ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, que na sua ânsia de arremeter contra o Governo, desconsidera aquele que é um hospital de referência no país e todos os excelentes profissionais que ali exercem funções.

----- Efetivamente, pega num episódio isolado de um dia, para fazer tábua rasa do verdadeiro trabalho de excelência e de todo o investimento que tem sido feito no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa ao longo dos últimos 4 anos. Já aqui reconhecido pela sua bancada em sessões anteriores.

----- Mas importa traduzir as palavras em números: No que se refere a Recursos Humanos em número e volume de massa salarial: Entre 2015 e 2019: 2016: + 5.58%; 2017: + 3.8%; 2018: + 4.56%; 2019: + 8.39%; 2016: + 7.69%; 2017: + 6.71%; 2018: + 12.06%; 2019: +8.39%+ 110 médicos; + 129 enfermeiros; + 25 TSDT (técnicos de diagnóstico e terapêutica);+ 81 Assistentes operacionais. No total, em 2015, o CHTS tinha 1.719 profissionais e, em 2019, irá fechar com 2.075. Ou seja, só na área de cuidados: + 345 profissionais.

----- No que dizia respeito ao orçamento, o financeiro aumentou entre 2015 e 2019 + 27.592.766 €, i.e. + 38%. Em termos de contrato programa, esse aumentou entre 2015 e 2019 + 18.593.184,59€, i.e. + 25%. --

----- No investimento, foi aprovado o maior investimento de sempre na região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, no valor de 5.000.000 € que teve o despacho das finanças há cerca de 1 mês e será executado nos próximos 3 anos – eficiência energética.

----- Entre 2015 e 2019 o investimento no CHTS aumentou + 48% nos cuidados de saúde face a 2015: +18000 consultas; + 47% de cirurgias de ambulatório (5000) e + 700 consultas domiciliárias.

----- Era, portanto, verdadeiramente incompreensível que em vez de destacar o que de muito bem se

faz no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, tenha escolhido usar um episódio negativo meramente circunstancial, para atacar uma instituição referência da nossa região. -----

-----Isto posto, essa relação de confiança e proximidade que foi construída ao longo dos últimos 4 anos não se traduziu apenas nos inúmeros investimentos realizados no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Na verdade, este diálogo tão reforçado e próximo entre penafidenses e o Governo, permitiu construir conquistas que são de Penafiel e de todos os penafidenses: construção do Quartel da GNR de Paço de Sousa; verbas para reabilitação da escola Joaquim Araújo; verbas para reabilitação do agrupamento de escolas António Ferreira Gomes; financiamento a todas as bandas musicais do concelho; reformas antecipadas dos trabalhadores das pedreiras; abertura da Unidade de Cuidados Continuados da Figueira; verbas para reabilitação do Tribunal de Instrução Criminal de Penafiel e as intervenções na EN106.-----

-----Esta especial atenção do Governo da República para com Penafiel e para com os penafidenses, ficou de resto bem patente no resultado das eleições de 6 de outubro, com o Partido Socialista a vencer de forma expressiva no nosso concelho, num justo reconhecimento pelos nossos concidadãos do excelente trabalho realizado pelo Governo. -----

-----É, pois, inegável que as suas declarações, não interpretam, de maneira nenhuma, o sentimento dos penafidenses em relação ao Governo da República: este é um Governo muito estimado pelos penafidenses. -----

-----Referiu que o que os penafidenses esperam do seu representante máximo, não eram as declarações inflamadas contra um Governo que aumentou todos os anos o salário mínimo nacional; que aumentou as pensões; que acabou com a sobretaxa; que aumentou o abono de família; que assegurou a gratuitidade dos manuais escolares e que ao mesmo tempo que fazia tudo isto, assegurou o melhor défice da história da nossa democracia. O que os penafidenses esperam do senhor Presidente da Câmara Municipal é que à imagem do que está a ser feito pelo Governo da República no país, garanta as efetivas condições para que os penafidenses possam viver melhor na nossa terra. Para que possamos viver melhor na nossa terra, passa por apostar de uma vez por todas numa política pública de habitação, que acabe com o verdadeiro flagelo que se vive no nosso concelho, traduzido na impossibilidade de se conseguir obter habitação própria em Penafiel: simplesmente não existem casas no mercado a preços acessíveis, muito menos um mercado de arrendamento. É um direito de todos aos penafidenses poder viver na sua terra. -----

-----Por isso, não é admissível que, dia após dia, assistamos a dezenas de jovens casais de penafidenses a terem de encontrar habitação nos concelhos vizinhos, abandonando assim a terra que os viu nascer. Não é garantidamente admissível, que face a este cenário e quando os municípios vizinhos se apressam a aprovar as suas estratégias locais de habitação, para assim beneficiarem de verbas



governamentais para este efeito, o município de Penafiel não tenha sequer no campo das ideias qualquer estratégia pensada.-----

----- Para quando a aprovação da estratégia local de habitação de Penafiel? -----

----- Para que possamos viver melhor na nossa terra, temos que ter uma estratégia de Mobilidade senhor Presidente, para garantir aos nossos jovens como o Fábio André, um jovem residente nas Termas de S. Vicente, que para se deslocar para a única escola superior pública da região, não tenha de apanhar um autocarro para o concelho vizinho de Paredes e de lá para Felgueiras, com o constrangimento acrescido de saber que a partir das 18horas não tem transporte público para regressar a casa.-----

----- Mobilidade passa por garantir aos cidadãos séniores do Sul, do norte e do interior do Concelho, transporte público adequado para o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa e aos cidadãos mais jovens, transporte público para algumas das principais valências do nosso concelho, como o são exemplo as piscinas municipais. -----

----- Mobilidade é garantir que as crianças do Sul do concelho recebam os subsídios para o transporte escolar cortados de forma absolutamente arbitrária, assegurando-lhes reais condições para estudar no seu concelho. A Política de mobilidade é combater assimetrias em Penafiel, é garantir que temos acesso à mesma qualidade de vida, independentemente da freguesia onde vivemos. Para quando uma estratégia de mobilidade no nosso concelho? -----

----- Para que possamos viver melhor na nossa terra senhor Presidente, temos que tomar medidas para que o nosso concelho deixe de ser conhecido como a capital das caixas registadoras da região, criando efetivas condições para atrair empresas que assegurem emprego qualificado. -----

----- Um trabalhador na nossa região ganha menos 300 euros/mês do que um trabalhador da área metropolitana, menos 100 euros/mês que um trabalhador de Trás-os-Montes, menos 100 euros que um trabalhador do douro.-----

----- Atrevo-me a deixar-lhe a dica, de olhar para o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, que é só o maior empregador da região, com outros olhos e perceber as parcerias que ali podem ser criadas no sentido de criar estes postos de trabalho qualificados. -----

----- Há toda uma geração de jovens penafidenses híper-qualificados à espera de um executivo que lhes crie as condições para realizarem todo o seu potencial na terra que os viu nascer, dando assim o seu contributo para que o nosso concelho possa ser mais próspero, deixando de figurar como um zona cinzenta, ou como um exemplo de região onde os salários são dos mais baixos do país. É um direito dos penafidenses poder trabalhar na sua terra. -----

----- O que é feito do centro de negócios que o senhor Presidente prometeu criar? O que é feito do Plano Municipal para a Atração de Investimento? Que novas empresas foram possível atrair para o nosso concelho e quantos postos de trabalho foram criados? Por isso perguntou, qual a estratégia municipal para

criar emprego qualificado?-----

-----Era isto que os penafidelenses esperavam do senhor Presidente, que respondesse às perguntas com atos, com ações concretas, que se concentrasse na resolução dos inúmeros problemas que subsistem em Penafiel, que se focasse no exercício do mandato que os penafidelenses lhe atribuíram e que não despendesse energia e atenção, a fazer uma oposição estéril a um Governo tão considerado por todos os penafidelenses.”-----

-----A senhora deputada Ana Lourenço: Disse que aquele era o seu segundo ano enquanto membro da Assembleia Municipal e é uma honra estar ali a debater o futuro de Penafiel, nomeadamente os orçamentos e contas, as obras e as atividades culturais sem esquecer a parte social que tem sido uma grande aposta do executivo, apesar de ser algo que não se via fisicamente, mas que é sentido pelas famílias penafidelenses.-----

-----Foi mais um ano intenso para Penafiel e continuavam a ter um cartaz cultural que abraçava todas as áreas e privilegiava a interação com as várias associações e grupos do concelho e continuava a ser a melhor cidade da região do Tâmega e Sousa para viver, visitar e investir.-----

-----Não poderia deixar de dar nota, também de algumas atividades de âmbito social que os deviam deixar orgulhosos enquanto penafidelenses. Mais uma vez Penafiel assinalou o dia internacional do idoso com o “II Desfile Moda Sénior” que contribui para que os idosos tenham uma vida mais ativa, e desse modo deviam saudar as associações do concelho que se envolviam nesse projeto e cuidam diariamente, por vezes, dos nossos pais e avós com muito poucos recursos.-----

-----Também referiu a atividade da CPCJ que ao longo do ano de 2019 realizou várias ações de sensibilização direcionadas especialmente para os pais e em várias escolas do concelho. Sublinhou o seminário realizado em parceria com o município, sobre o direito das crianças, visando debater as problemáticas da proteção de crianças e jovens em risco. Tema esse, que deve merecer a maior preocupação porque a otimização dos primeiros anos da vida das crianças é o melhor investimento que se podia fazer como sociedade para assegurar o seu futuro.-----

-----E porque Penafiel deve ser de todos e para todos, sublinhou as atividades realizadas no dia internacional da Pessoa com Deficiência, nomeadamente a ação de informação e sensibilização. Data que serve para lembrar e consciencializar para que em todas as ações seja lembrado garantir a inclusão das pessoas com deficiência e garantir que têm as mesmas oportunidades.-----

-----E por tudo aquilo e muito mais, no dia 27 de novembro, Penafiel recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o estatuto de “Município Amigo das Famílias” e pela segunda vez com a distinção “palma de ouro”. O município implementou mais medidas de apoio, entre elas o transporte gratuito até ao Porto a mulheres do concelho, rastreadas ao cancro da mama e a disponibilização de consultas de psico-oncologia gratuitas, porque é nas horas mais difíceis que se deve estar ao lado de quem mais precisa.-----



----- Disse que o ano de 2019, foi mais uma ano foi positivo para o Município de Penafiel e para os penafidelenses.-----

----- Desejou a todos vós um Bom Natal e que em 2020, a Assembleia Municipal, continuasse a ser a casa da democracia e se discuta o melhor para Penafiel.-----

----- — A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Eja: Disse que no passado de outubro comemorou-se os 500 anos da Outorga do Foral de Entre-os-Rios, por D. Manuel I. Iniciativa organizada pela Câmara Municipal de Penafiel que contou com o apoio da Junta de Freguesia de Eja. -----

----- As comemorações contaram com a atuação do Grupo de Teatro de Novelas, que procedeu à recreação teatral da entrega do foral baseado na publicação "Forais de Penafiel" do historiador penafidelenses José Coelho Ferreira, cidadão honorário da freguesia de Eja, assim como de atuações de bandas da Associação Cultural de Bandas Azevinhos BandSchool. -----

----- Essa iniciativa evidenciou a singularidade daquela zona ribeirinha, da sua importância histórica, assim como da relevância entretanto renovada pelos inúmeros projetos e iniciativas que ao longo dos últimos anos tem vindo a beneficiar. Benefícios extensivos a todos os visitantes, fruto da valorização efetuada pelo município na freguesia de Eja. Assim, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal pelo empenho demonstrado na concretização de mais uma iniciativa e expressar a sua satisfação, enquanto Presidente da Junta de Freguesia, bem como dos que ali residiam e também pelos que se interessam pela história do concelho de Penafiel.-----

----- Desejou a todos um Santo Natal e um próspero ano de 2020. -----

----- — O senhor deputado José Macedo: Referiu que firmou o senhor Presidente da Câmara, relativamente ao alargamento do cemitério de Penafiel, e estava plasmado na página 31 da ata da Assembleia Municipal de 7 de setembro, que, e citou: a "questão na altura foi colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de então, que com a Câmara Municipal concertou a localização e entendeu adequada e que a obra era importante para a freguesia". Mais à frente "A Câmara Municipal entendeu que aquela era a melhor estratégia, tiveram o consenso do Presidente da Junta de Freguesia de então e o atual Presidente da Junta não se opôs".-----

----- O senhor Presidente é capaz de lhes dizer quando, como e onde é que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de então concordou com essa solução?-----

----- Disse que, obviamente que confrontou o seu amigo e camarada Micael Cardoso. Conhecia-o bem e confiava plenamente na sua palavra e sabia o que pensava e pensa sobre o assunto em questão. O Presidente da Junta de Freguesia de então nega terminantemente o que senhor Presidente afirmou na última Assembleia. O que aconteceu foi completamente o contrário. O senhor Presidente da Junta de então, Micael Cardoso, quando foi interpelado por moradores da zona afetada, alarmados e preocupados com a solução que o senhor já tinha encontrado (a atual), informou o senhor Presidente da Câmara da

situação. Até porque a questão do cemitério de Penafiel é da sua inteira responsabilidade. -----

----- Aliás, a única solução que abordaram, o senhor Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia de então, para resolução do problema, foi a construção de um cemitério de raiz, apontando-se como solução ideal, uma quinta na zona de S.ta Luzia, onde se diz já ter existido, em tempos idos, um campo santo. Aliás, como referiu na reunião anterior, há cerca de 16/17 anos, a autarquia identificou este problema – a inexistência de espaço para sepultar. A solução divulgada na comunicação social era o de construir um crematório que iria servir todo o Vale do Sousa. Diziam que Penafiel iria ter um equipamento único na região, demonstrando mais uma vez o que era o vosso sentimento de centralidade. Perguntou se o senhor Presidente se lembrava desse particular. -----

----- Relativamente ao atual Presidente da Junta, Sr. Carlos Leão, não se pronunciava porque não sabe qual a sua posição sobre o assunto. -----

----- Gostaria que o senhor Presidente da Câmara lhe respondesse às preocupações e questões que levantou sobre o assunto, na intervenção que pronunciou na Assembleia Municipal de 7 de setembro que passou a elencar: -----

----- Os documentos que lhe permitiram a alteração do Plano Diretor e a autorização dada pelos moradores para proceder à obra, faculta-os aos interessados? -----

----- Pode conceder a mim e aos moradores “todas as normas seguidas, o processo de expropriação feito, e o conjunto de documentos que passaram por vários departamentos e divisões da Câmara Municipal” conforme relatou na anterior Assembleia e se encontra descrito na mesma página da ata? -----

----- Pode facultar aos interessados os documentos que plasmam os argumentos dirimidos pelo executivo para avançar com a obra? -----

----- Disse que não estavam a falar de uma questão menor. Reafirmou o que tinha exposto na sua intervenção neste fórum na anterior Assembleia Municipal. A Câmara, de uma forma abusiva, apoderou-se de um espaço público, pertença dos moradores e transformou o que deveria ser um espaço verde (ao qual o senhor Presidente nunca deu importância), num espaço de sepulturas de betão, com prejuízo claro dos bens e da qualidade de vida dos moradores, sem uma autorização quer explícita quer implícita dos mesmos. -----

----- Por fim, questionou a Assembleia, se todos os presentes tolerariam e aceitariam à sua porta uma situação semelhante? Outra situação e na mesma área geográfica. -----

----- Junto ao cemitério, no início da rua de S.ta Luzia, existe um terreno que se encontra em notório estado de abandono. O terreno não é limpo e é um potencial nicho de répteis e ratos. Anexo, existe um local de recolha de lixo o que potencia o aparecimento destes roedores. -----

----- O senhor Presidente, na rua há um centro de estudos que é frequentado por muitas crianças e jovens. Trata-se de um problema de saúde pública que é urgente resolver. -----



----- Levantou outra questão sobre o ponto de recolha de lixo e o ecoponto aí existente obedecem às normas e regulamentos que regem esse tipo de equipamentos. Referia-se, especificamente, ao afastamento da via e à proteção que esses equipamentos deveriam ter.-----

----- Endereçou a todos os presentes e respetivas famílias votos de um Feliz Natal e de um ano de 2020 pleno de felicidade e muitos sucessos.-----

----- — A senhora deputada Sofia Leal: Relativamente à gratuitidade dos manuais para todos os alunos em geral, disse que não era estava de acordo. Como professora, na sua experiência do dia-a-dia, e do que lhe era dado a repare, na sua opinião, não era justo, porque há crianças de meios mais favorecidos e de meios menos favorecidos com vários tipos de carência. Como é que se podia dar igualmente oportunidade para os alunos com mais carências e os outros que não tinham essa necessidade, porque o livro era usado, e os pais, acabavam por comprar um livro novo. Esse dinheiro podia ser canalizado para as famílias mais carenciadas e proporcionar-lhes outra qualidade de vida.-----

----- Muito no concelho e cidade de Penafiel se tem feito em prol de todos, o que era de louvar. Por exemplo as bibliotecas itinerantes, que a biblioteca municipal já há muito tempo vem a utilizar. Contudo essa maneira simples e interessante de fazer chegar a literatura a todos os cantos do concelho é uma mais-valia. Cidadãos que leem, são seres pensantes e críticos, provavelmente são menos propícios à demagogia barata e conseguiam fazer opções e seleções mais conscientes. Felicitou a biblioteca municipal por essa atividade que tem vindo a continuar, bem como a Câmara Municipal que permite que a biblioteca municipal se desloque periodicamente e chegue aos pontos mais recônditos do concelho de Penafiel.-----

----- De literatura em literatura, de pedrinha em pedrinha chegasse ao momento áureo e mágico da literatura em Penafiel, a Escritaria. A Escritaria já existe há mais de uma década, estando em contacto direto com a língua portuguesa genuína, escritores e pensadores nacionais que tem contribuído imenso para a autoestima de penafidenses e leitores. A Escritaria põe em contacto toda a sociedade penafidenses, desde as escolas, associações e entidades privadas. Este ano o contemplado foi Manuel Alegre, escritor de renome e com um grande passado literário e que deixou umas palavras simples mas elucidativas relativamente a esse fenómeno que passou a citar: "A cidade que trata com esta grandeza a literatura, esta cidade somos nós, por isso o orgulho é todo nosso." Mais adiante acrescentou: "A Escritaria projeta-se além de Penafiel, cria uma aproximação entre os autores e os leitores, e faz com que se retirem os livros das estantes e se ganhem novos leitores e, quem sabe, autores."-----

----- Desejou a todos um Feliz e Santo Natal e um próspero ano de 2020.-----

----- — O senhor deputado Joaquim Lindoro: Disse que estavam numa quadra em que a confraternização entre todos deve ser estimulada, devia acontecer e devia tornar-se de paz social, de paz na comunidade. Mas a verdade é que a Assembleia Municipal de Penafiel, nesse aspeto começou mal. O senhor deputado Nuno Araújo foi infeliz ao escolher, ao escolher, nesta quadra de Natalícia, para iniciar a

sua campanha eleitoral das próximas autárquicas. Era uma infelicidade em termos de *timing*, em aproveitar os resultados, por exemplo, os resultados das últimas eleições da Assembleia da Republica, para tecer laudas ao partido vencedor, porque põe a nu a infelicidade do Partido Socialista de Penafiel. Quer dizer o PS nacional ali tem o maior número de votos, mas o PS de Penafiel perde por muitos e não consegue sair da cepa torta. Tudo aquilo era extremamente infeliz sobretudo para o líder do PS de Penafiel que assim vê a nu a sua fragilidade. Não podia ser mais infeliz a intervenção do senhor deputado Nuno Araújo uma vez que não conseguiu discordar daquilo que o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou recentemente quando disse que de facto o Governo não gostava de Penafiel. Era verdade que o Governo não gostava de Penafiel porque, se não fosse verdade, no maior acontecimento cultural do país, a nível das letras, a Escritaria, aderiria certamente com um membro do Governo. Este ano que o homenageado era um homem de esquerda e um socialista, o que demonstrava que a Câmara Municipal de Penafiel não tem uma atitude sectária e devia ser salientada e acarinhada pelo poder Central que esteve ausente. A feira de S. Martinho, a maior feira de inverno do país, também não teve nenhum membro do Governo para acarinhar a organização e quem a movimentava. Apareciam em pequenos eventos dos conselhos vizinhos, mas em Penafiel não eram vistos. -----

-----Relativamente à saúde, disse que os indicadores mostravam, como ali foi referido pelo senhor deputado Nuno Araújo, que tudo ia bem de depois as pessoas acham que tudo ia mal e é por isso que o Serviço Nacional de Saúde estava mal e havia mais seguros de saúde em Portugal. Se o SNS fosse um serviço de grande qualidade isso não acontecia. Como diretor de serviço do Hospital Tâmega e Sousa, não podia ali comentar, cumpria as orientações que lhe eram dadas, e não se demitia porque continuava acreditar no SNS e cumpria as orientações, como por exemplo, no caso do esforço que está a ser feito no centro hospitalar na extinção ou redução da lista de espera. Contudo, podia falar no que dizia respeito ao orçamento e o senhor deputado Nuno Araújo, demagogicamente falou no aumento do orçamento para o hospital, estava certo, mas tinha que corrigir para a redução de 40 para 35 horas, por exemplo dos enfermeiros. Também o senhor deputado falou que foi aprovado recentemente o Plano de Eficiência Energética, era verdade só que foi aprovado no plano de atividades para 2019, sem que haja tempo para isso, ou seja mais uma decisão demagógica que servia para ali dizerem que o investimento já foi feito. Perguntou onde estava o aparelho de ressonância magnética prometido, cujo projeto já estava há bastante tempo pedido pelo Centro Hospitalar Tâmega e Sousa. -----

-----Relativamente à urgência, houve algum esforço na sua melhoria, mas o plano de alargamento da urgência *vai no batalha*. Houve algum esforço mas os problemas da falta de macas continuava. -----

-----Às vezes parecia que se vivia numa terra de Lusitanos, da velha Anégia, rodeada por Romanos rosadinhos, gulosos de a conquistar, mas desenganem-se os Romanos e as suas direções centrais e os seus centuriões, porque o povo de Penafiel gostavam pouco de Romanos e jamais se deixavam conquistar



por palavras vãs, demagógicas e infelizes. -----

----- Destacou uma atitude do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel, com um caso social que foi detetado de uma infeção por microrganismos multirresistentes aos antibióticos e que a Junta de freguesia acompanhou muito de perto. Era um caso que já estava no centro de saúde e acompanhado no hospital mas que escapava por ser uma pessoa sozinha e necessitada de acompanhamento. Os casos de microrganismos multirresistentes na comunidade existia em todos os lados e em todas as comunidades e quando os poderes públicos os detetavam deviam acompanhar para a sua resolução. Parabenizou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel por ter acompanhado esse utente. A multirresistência aos antibióticos é considerada a peste do século XXI e portanto, sempre que se tenha conhecimento desses casos, devem orientados e quando são casos sociais devem ser sinalizados e acompanhados. -----

----- Desejou Boas Festas todos os presentes e que em 2020 a Assembleia Municipal continuasse a ser a casa da democracia. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que compreendia a dificuldade do senhor deputado Joaquim Lindoro em fazer aquele debate porque não há argumentos que venham contradizer aquilo que é os números. Ainda há pouco tempo o senhor deputado Joaquim Lindoro foi ali elogiar o trabalho que no centro hospitalar do Tâmega e Sousa pelo conselho de administração e pelo Governo. Contudo, não podia aceitar da parte do senhor deputado que fosse ali criticar o PS e falar de resultados eleitorais. Já não é a primeira vez que o senhor deputado ali, tenta humilhar o PS, quando este perdeu as eleições autárquicas no município de Penafiel e inclusive quando perdeu as eleições para freguesia de Croca, enquanto os deputados do PS foi ao púlpito, com todo o respeito, como era sua obrigação na democracia a funcionar, elogiar e cumprimentar a coligação "Penafiel Quer" pela sua eleição uma vez que tem que conduzir os destinos do município, assim como parabenizou o Movimento Independente pela vitória na freguesia de Croca. - -----

----- Quanto ao equipamento de ressonância do hospital disse que não estava dentro do que se passava, mas ia inteirar-se do assunto, mas sabia que a atual administração comprou um novo equipamento para a Unidade de Urologia, unidade que o senhor deputado Joaquim Lindoro dirigia, que custou 40 mil euros. -----

----- — O senhor deputado Joaquim Lindoro: Disse que ali não foi feita nenhuma tentativa de humilhação ao Partido Socialista. Como todos se lembravam, o PS é que tentou humilhar os penafidelenses quando disse que o Zé Povinho tinha votado na Coligação "Penafiel Quer. Era preciso ter memória de tudo, pois não humilhou o PS, apenas disse que o senhor deputado Nuno Araújo foi infeliz e continuava a ser. ---

----- Período extensivo do período antes da ordem do dia, acertado pelos líderes dos Grupos Municipais para **discussão do relatório da Ação de Controlo ao Município de Penafiel da Inspeção Geral de Finanças**, remetido a todos os membros da Assembleia no dia anterior (5 de dezembro).-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Lamentavam profundamente que tenha escolhido ignorar olímpicamente a Lei e apenas nos tenha remetido o relatório da Inspeção Geral de Finanças, ao final da tarde de ontem. Contudo, após ler o conteúdo daquele relatório, perceberam a demora. -----

----- Dali conseguiram perceber que além da autarquia ter aprovado obras de forma absolutamente ilegal, em desconformidade com o PDM, também acumula 821 processos de contraordenação urbanística, literalmente metidos na gaveta, 401 deles já datados de 2014 e, por isso, em risco iminente de prescrição. Percebiam que o senhor Vereador arrastava de forma absolutamente injustificada processos de contraordenação, alguns deles com ordens de demolição desde o longínquo ano de 2015. -----

----- Percebiam ainda que o PDM sofreu alterações para permitir legalizar obras ilegais, descriminando outros em circunstâncias idênticas. -----

----- Acresce que e citando diretamente o relatório da IGF, na ação de controlo foi identificado, designadamente, as seguintes situações, potenciadoras de riscos de corrupção e infrações conexas: -----

----- a Acumulação de funções pelo mesmo eleito local (o senhor Vereador Amílcar), enquanto responsável pela aprovação de operações urbanísticas e presidente de comissão municipal com funções de apreciação dos projetos urbanísticos (em alguns casos, com caráter vinculativo); -----

----- a Inexistência de procedimentos de conferência, revisão ou controlo, por um segundo trabalhador ou dirigente, no que respeita, designadamente, à medição de projetos e cálculo das taxas; o Arrastamento, nem sempre justificado, dos processos de contraordenação e dos relativos à reposição da legalidade urbanística. -----

----- Referiu que a IGF concluiu pela remessa das suas conclusões ao Tribunal Administrativo e Fiscal para a reposição da legalidade urbanística. -----

----- Contudo, ao PS importa salientar, para além de todas as ilegalidades já referidas, a forma absolutamente desleixada como tem sido conduzida a cobrança de taxas urbanísticas e as compensações resultantes de operações urbanísticas bem como dos danos para o erário público que resultam do laxismo que tem orientado os processos de contraordenação resultantes de ações de fiscalização de operações urbanísticas, ou seja: A TMU – taxa municipal cobrada em sede da realização de operações urbanísticas – deve constituir uma contrapartida dos custos refletidos no PPI (Plano Plurianual de Investimentos) associados à realização, manutenção ou reforço das infraestruturas urbanísticas e equipamentos e com as infraestruturas locais existentes. De facto, embora não constituam uma receita consignada, os gastos com estas infraestruturas devem estar cobertos pela taxa a cobrar em sede da realização de operações urbanísticas. -----

----- Acontece que em Penafiel nem os custos referidos estão refletidos no PPI nem a fórmula de cálculo da TMU prevê qualquer relação dessa taxa com os custos municipais associados à realização, manutenção ou reforço das infraestruturas urbanísticas e equipamentos, nem com as infraestruturas locais



existentes o que, para além de constituir uma ilegalidade por contrariar o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, configura um grave dano no erário público. -----

----- Do mesmo modo, o arrastamento dos processos de contraordenação e a prescrição iminente de alguns deles impedem a aplicação de coimas que podem constituir receita do município o que mais uma vez indicia uma gestão irresponsável do dinheiro público e dos contribuintes de Penafiel. -----

----- Mas essa irresponsabilidade não se reflete apenas ao nível financeiro. A forma pouca transparente com que o senhor Vereador do Urbanismo acumula funções consultivas e decisórias no mesmo procedimento constitui uma falta de confiança nos serviços técnicos que merecem toda a nossa consideração e que deveriam levar a cabo a tarefa consultiva sem intromissões de quem decide e refletem o despotismo com que o poder político é exercido sem separação de competências, ao arrepio de tudo o que é defensável num estado de direito democrático. -----

----- O que o PS pretendia saber, é que, perante aquele relatório que medidas foram tomadas para resolver as situações detetadas e quando pretendia entregar à Assembleia Municipal um plano de ação que tente contrariar, corrigir para que aquelas situações não se voltassem a repetir no município de Penafiel. --

----- — O senhor deputado Pedro do Couto: Disse que não estava em condições de discutir aquele relatório, por motivos técnicos do seu servidor não conseguiu receber os anexos do relatório e se embora em teoria pudesse acatar e aceitar as conclusões, eventualmente algumas das recomendações, na prática não conseguia avaliar porque não conhecia a justificação do senhor Presidente da Câmara. -----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que as inspeções do IGF eram processos cirúrgicos muito complexos que avaliam ao pormenor e até a exaustão aquilo que se passa numa área específica, que no caso é o urbanismo. Devemos olhar para aquela inspeção com olhos de ver, do mesmo modo que não devemos, por si só, declarar que o que resulta da inspeção é ilegal. Devemos olhar para ela e contraditá-la, verificando o que se propõe como medidas e com o contraditório. O relatório tem cerca de 80 páginas de contraditório, o que significa que muito daquilo que está vertido no relatório, a Câmara Municipal e os seus técnicos não concordaram e por isso houve contraditório e o processo ainda não terminou. -----

----- A IGF diz, e há um ofício que remete o relatório inspetivo, que foi homologado pelo senhor secretário de Estado do Orçamento em 15-10- 2018 e o senhor secretário de Estado da Administração Local em 30-09-2019, que dava à Câmara Municipal o prazo de 60 dias para informar das medidas e decisões adaptadas na sequência da recomendação formuladas no respetivo relatório. Significava que o relatório não era definitivo, a Câmara Municipal tinha 60 dias para se pronunciar e se vai ou não acatar essas orientações. Explicou que muitas dessas recomendações eram sequência das inspeções que vão sendo transmitidas aos serviços que vão seguindo essas recomendações de forma a serem corrigidas. -----

----- Disse que poderia haver, no meio de todo o relatório, três ou quatro questões com alguma relevância que na perspetiva da inspeção deverá ser remetida ao Tribunal Administrativo para averiguar na

eventualidade da ilegalidade. Ou seja, um órgão decisor e independente se achar que devem ser anulados alguns procedimentos e licenciamentos efetuados, alguns do século passado e outros mais recentes. Naturalmente, que o que for para o Tribunal Administrativo terá que ser visto com maior cuidado e se se verificar que há questões que devam ser resolvidas, que o sejam, pois o grupo municipal da coligação "Penafiel Quer" nunca compactuará com ilegalidades e tudo fará para que todas as situações sejam repostas. Pediu ao senhor Presidente da Câmara, que quando explicar naquele fórum, que os sossegue no sentido de que na sua opinião os procedimentos administrativos do urbanismo estavam corretos e legais e se não estiverem, que reponha a legalidade, os altere para que todos os senhores deputados se sintam confortáveis, no cumprimento da legalidade que é o que importa neste órgão. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que aquele relatório estava homologado, não era nenhum relatório preliminar, as conclusões estavam tiradas. A Câmara Municipal já fez o contraditório pois fazia parte do relatório, onde a Câmara corroborava algumas das situações entretanto detetadas. -----

----- O senhor deputado Pedro do Couto: Devido à importância daqueles documentos sugeriu que aquele assunto fosse discutido numa outra sessão, porque algumas das recomendações e conclusões eram preocupantes.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Disse que, eventualmente, no período antes da ordem do dia da próxima sessão, podiam, se assim o entendessem, voltar a comentar aquele assunto, uma vez que esse período era precisamente para esse efeito. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Esclareceu que não tinha dito que era um relatório preliminar, pois nunca ninguém o verá branquear aquilo que eventualmente possa ser menos correto. Explicou que o que disse na sua intervenção foi que era verdade que a homologação foi feita pelo senhor Secretário de Estado em 2018, e pelo senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais em 2019. Repetiu que o relatório definitivo chegou pela primeira vez à Câmara, que esta, por vez sua tem 60 dias para informar das medidas que preconizavam e propunham e quais as decisões que iam adotar. Depois haverá a fase em que a IGF poderá participar ao Ministério Público para que este avalie, eventualmente, da necessidade ou não de avançar para uma ação de nulidade dos procedimentos em questão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à questão do *timing* do envio dos documentos referente ao relatório da IGF na área do urbanismo da Câmara Municipal, disse que não houve ali nenhuma tentativa nem nenhum objetivo de esconder nada. Foi interpretação dos serviços que essa comunicação tinha o mesmo *timing*, os 60 dias, dados pela Inspeção Geral de Finanças para prestar os esclarecimentos solicitados e por esse motivo, foi dada indicação para que nesta altura fosse enviado a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Disse que as inconformidades com o PDM, eram os únicos factos efetivamente graves. Se atentarem no sumário da IGF podiam ler que a ação *visou contribuir para a melhoria da atividade*

municipal, ao nível do planeamento territorial, da gestão e fiscalização das operações urbanísticas, do aperfeiçoamento dos processos de contraordenação e de aplicação das medidas de tutela da legalidade, ou seja, a ação tem antes de mais uma função pedagógica. Ajudar os serviços a melhorar os seus procedimentos nesses vários domínios e por isso é que terminava com apresentação de várias recomendações à Câmara Municipal. Os 60 dias são exatamente para que Câmara Municipal diga o acolhimento que deu a essas recomendações. Em grande medida, essas recomendações, as que se entenderam pertinentes, foram acolhidas, e outras eram questionáveis. Por exemplo a questão dos processos de contra ordenação, não constava no relatório que a Câmara Municipal de Penafiel permitiu que prescrevessem. Apenas, recomendava que o prazo é de 5 anos e convém não deixar que prescrevessem. Muita das vezes o prazo de prescrição, 5 anos, era quando os processos de contra ordenação eram decididos, porque quando é possível regularizar uma situação era dada essa oportunidade ao munícipe. Sempre foi esse o procedimento adotado e o mesmo acontece em outros municípios. Quando chegado à proximidade do prazo de prescrição os processos eram decididos para que não prescrevessem e não resultasse nenhum prejuízo para o erário público. -----

----- A recomendação relativa à taxa municipal de urbanização ter um registo específico, quanto aos seus valores, para que pudesse ser investido apenas no domínio das infraestruturas era uma questão contabilística que estava a ser adotada, fazia sentido e era uma recomendação pertinente e que foi adotada. Anteriormente, a verba dava entrada toda no seu conjunto e depois os investimentos eram pagos pelo orçamento municipal. Agora essa recomendação foi acolhida para que se soubesse exatamente qual o valor das verbas que entravam a título de taxas municipais de urbanização para que depois fosse investido em conformidade. -----

----- Quanto à questão referida pelo senhor deputado Nuno Araújo sobre o senhor Vereador dar parecer em matéria que depois tinha responsabilidade para decidir, disse que não era o senhor Vereador que dava parecer, mas sim a Comissão Municipal do Património. Essa comissão integrava três técnicos da Câmara Municipal, dois chefes de Divisão do Urbanismo e de Planeamento, a senhora diretora do Museu Municipal e um cidadão de reconhecido mérito municipal indicado pela Câmara Municipal (o senhor eng. Vitorino Ferreira) e era presidida pelo senhor Vereador do Pelouro. A inspeção entendeu recomendar que não fosse o senhor Vereador a integrar a Comissão, recomendação essa que já foi acatada. A Câmara Municipal procedeu a essa alteração e era o senhor Presidente da Câmara Municipal que presidia atualmente a Comissão Municipal de Património. Disse que as recomendações têm como objetivo promover o melhor funcionamento dos serviços. -----

----- Havia duas situações que podiam ser mais complicadas porque consubstanciavam a possível violação ao PDM, sendo que essas já foram participadas ao Ministério Público. Para que ficasse claro, tanto uma como outra diziam respeito em termos mandatos, ao passado. Um dizia respeito ao edifício do Cine S.

Martinho e o outro ao edifício localizado em frente à Galp, na rua tenente Valadim. Ambos começaram a ser tramitados no mandato em que o senhor deputado Couto Barbosa era Vereador do Pelouro, portanto, não podiam ser tão lesto a apontar o dedo e deviam analisar com calma tudo o que estava plasmado nos documentos. -----

-----No que dizia respeito ao atual mandato e à sua gestão havia efetivamente algumas recomendações de questões administrativas e funcionamento administrativo. As duas situações que mereceram uma atenção maior por parte da inspeção, mas que achava, pela análise feita pelos serviços e o contraditório que enviaram, apesar de serem de tempo mais distante, têm justificação e enquadramento legal. --

-----Não havia nenhuma razão para preocupação, as inspeções eram normais e para que não dissessem que o senhor Presidente da Câmara estava a sonegar informação, informou que de momento estava também a decorrer uma inspeção na área financeira. -----

-----O senhor deputado Nuno Araújo: Referiu que o senhor Presidente disse que as recomendações eram pedagógicas, no entanto acabaram em Tribunal. O senhor Presidente foi muito hábil a tentar empurrar responsabilidades para a anterior gestão do Partido Socialista, o que não era verdade, porque a inspeção incidiu nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Referiu que analisou todos os documentos e não tinha dúvidas que a decisão de licenciar aqueles equipamentos urbanísticos foi durante a gestão da coligação "Penafiel Quer", restava esperar para perceber o que é que o Tribunal dizia. -----

-----O senhor Presidente também era hábil a empurrar a responsabilidades para os serviços pois disse que foram esses que interpretaram a Lei no que referia aos 60 dias. A Lei 75/2013, determinava quais as competências do senhor Presidente da Câmara Municipal e uma delas era que o senhor Presidente da Câmara tinha que enviar à Assembleia Municipal, no prazo máximo de 10 dias, cópia dos relatórios das ações tutelares ou de auditorias sobre a atividade da Câmara Municipal. Portanto não podia empurrar responsabilidades para os serviços quando a responsabilidade era do senhor Presidente. -----

-----Para que todos tivessem noção da gravidade dos factos, disse que violação do PDM dava perda de mandato o que não era inédito no país. O senhor Presidente não podia ir ali branquear aquela situação, bem como alguns de outros dos casos mencionados no relatório, porque só não foram enviados para Tribunal pela simples razão de que prescrevera, porque senão havia outros processos que estavam também em Tribunal para serem avaliados. -----

-----O senhor Presidente informou que algumas das recomendações da IGF foram acolhidas pela Câmara Municipal, solicitou ao senhor Presidente, se detalhadamente os informava quais foram essas recomendações. -----

-----Relativamente aos processos de contraordenação e de que a autarquia não deixava prescrever, informou que anteriores a 2014 eram 680 os processos levantados e no relatório da IGF dizia que 400



desses processos estavam em risco iminente de prescreverem, agora em 2019, ou a Câmara Municipal deu andamento aos 400 processos ou entretanto prescreveram todos. Assim, solicitou uma listagem dos processos que foram ou ficaram resolvidos para que a bancada do PS, por uma questão de transparência, percebesse como esses mesmos processos foram resolvidos. -----

----- — O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que só tinha conseguido ler as conclusões do relatório devido à hora tardia que na véspera da sessão da Assembleia Municipal foi enviado. Devido à importância do relatório, solicitou que a discussão do mesmo, fosse agendado para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Como tinha sido mencionado pessoalmente na intervenção do senhor Presidente da Câmara, esclareceu que o processo do antigo cinema pelo senhor Presidente referido, foi aprovado pela Câmara Municipal e não pelo senhor Vereador do Pelouro de então. E se realmente fosse responsabilidade da gestão do PS, quem tinha sido notificado tinha sido a Câmara de então e não a Câmara atual, ou constariam das conclusões do relatório, esses antecedentes. -----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que na proposta do relatório dizia que devia ser remetido ao Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, cópia do ponto 2.4.2. alínea a) deste relatório e do Anexo 1, para efeitos de eventual instauração de ação administrativa de declaração de nulidade, o que significava que o IGF enviou ao Ministério Público para propor ao Ministério Público, se eventualmente entendesse, avançar com uma ação de declaração de nulidade do licenciamento. Ninguém pôs em causa outra coisa, porque se assim fosse a própria IGF recomendaria ao Ministério Público para a eventual instauração de perda de mandato por violação das normas urbanísticas e aí era realmente para ficarem preocupados. Daquela forma, a própria inspeção tinha dúvidas e por isso é que enviou para o Ministério Público para ver ou não a possibilidade de instaurar qualquer tipo de ação. Restava aguardar que o Ministério Público, face aos argumentos e àquilo que a inspeção enviou, ao contraditório da Câmara Municipal, avance ou não com qualquer ação judicial. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que sabia muito bem que ao processo tem que ver com a nulidade dos atos, e por consideração e estima do Executivo na sua totalidade, o Partido Socialista não queria ver amputado o Executivo em nenhum dos seus membros. E como dizia a jûris prudência, o ato consequente de nulidade desse processo relacionado com o PDM, pode resultar em uma outra ação, como aconteceu no passado em outras Câmara Municipais, e foi nesse sentido que alertou para a gravidade da situação. Esclareceu que não desejava que isso acontecesse no município de Penafiel. -----

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Para que ficasse claro, quando fez a referência ao senhor deputado Couto Barbosa, foi apenas para dar nota de quanto antigo era aquele processo, e não referente aos atuais mandatos. -----

----- Lembrou que no sumário do próprio relatório, na matéria referente à aprovação de Operações

Urbanísticas em desconformidade com o PDM, dizia "*Aprovação ilegal de três operações urbanísticas em desconformidade com o PDM, cuja sanção é a nulidade, mas cuja invocação já prescreveu, num dos casos, por decurso do prazo legal de 10 anos e, noutro, não se justifica, dado o reduzido impacto da operação urbanística e a demolição total do edifício constituir uma medida desproporcionada.*" -----

-----Disse que se comprometia com os senhores deputados, dar conhecimento do que a Câmara Municipal ia enviar para a IGF, e nesse documento iam explicitar detalhadamente o cumprimento dado a cada uma das recomendações. -----

-----Quanto aos processos de contraordenação, assegurou que não houve prescrição de nenhum deles e que a metodologia de tentar aguardar até ao limite era antiga, e tinha a preocupação de tentar que os munícipes pudessem regularizar a situação e dessa forma a sanção ser atenuada. -----

Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e votação e os votos louvor e pesar acima transcritos.

----- O senhor deputado Agostinho Gonçalves: Relativamente ao voto de pesar do senhor João Filipe Coelho Pereira, propôs que o mesmo fosse apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e discutido, votado e guardado um minuto de silêncio isoladamente, no sentido de se fazer uma homenagem a um companheiro de bancada. -----

-----Posto à votação a proposta do senhor deputado Agostinho Gonçalves, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- Os votos Louvor e Pesar foram subscritos por todos os presentes. -----

----- Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade. -----

-----Posto à votação, os votos de Pesar foram aprovadas por unanimidade, com exceção do voto de pesar do senhor João Filipe Coelho Pereira, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insígnies cidadãos. -----

----- Discussão e votação do voto de pesar do senhor João Filipe Coelho Pereira: -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o senhor deputado João Filipe Coelho Pereira independentemente da sua cor política foi amigo de muito dos presentes, um companheiro nas lides e missão pública. Deu o melhor de si encanto cidadão no contributo para a sua terra, ora perdendo ora ganhando. O que importava era estar disponível para perder e para ganhar, era um ato de coragem e de louvor que todos deviam prestar sobretudo num tempo em que a vida pública e política nem sempre era atraente para muito dos concidadãos e o senhor João Filipe em várias fases da sua vida mostrou essa generosidade disponibilizando-se para várias missões. -----

-----Posto à votação, o voto de Pesar do senhor João Filipe Coelho Pereira foi aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória. -----



----- Encerrado o período antes da ordem do dia foi iniciado o período da ordem do dia. -----

----- **1.º Ponto – Aprovação da Ata das sessões anterior;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a ata foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos senhores deputados António Carlos de Sousa Pinto, Hermínia Maria Ferreira Magalhães, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Joaquim Luís Rocha e Silva, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Ana Ricardina Melo dos Santos, Bruno Rafael de Sousa Araújo, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José de Sousa Pinto, João Carlos Baptista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Renato Joaquim da Rocha Barros, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana dos Santos Coelho, António Fernando Rodrigues Barbosa e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- **2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- — O senhor deputado Sousa Pinto: Relativamente ao projeto do Ponto C, a ser edificado no espaço da quinta de Poços, questionou como estão a decorrer as negociações com os proprietários para a construção dos acessos a abrir, para chegar ao local onde se prevê a construção do Ponto C. Também refere como decorreram os contactos da camara com as instituições e as coletividades locais que irão usufruir destas instalações, pois dessa participação é que julgamos ser possível que estas futuras instalações se tornem mais eficiente e acolhedora para uma cabal utilização desta importante infra estrutura. Assim, solicito informação ao senhor Presidente da Câmara. -----

----- Refere também as lacunas hoje verificadas nas respostas dadas pelo canil municipal, face ao desmedido quantidade de animais abandonados nas ruas da cidade e pelas freguesias. O que pretende fazer a autarquia para melhorar este serviço, pois esta infra estrutura municipal foi uma obra herdada pela Câmara, e a mesma foi construído em 1995 no tempo do executivo do PS, tendo à data sido uma obra revolucionária no que se refere á resposta então dada pelos municípios. Passados mais de 20 anos o problema dos canídeos, tem-se vindo a agravar e hoje nota-se que a camara faz conferências de imprensa e notas á comunicação social, mas quanto à resposta pouco ou nada tem acontecido. Assim era importante

perceber a estratégia municipal, para remediar e solucionar este problema. Esta questão é de particular gravidade porque na cidade de Penafiel, e pelas freguesias assiste-se com alguma frequência, a matilhas de cães que deambulam e amedrontam os transeuntes, pois esses animais esfomeados e em matilhas podem perigar e por em risco a saúde, e o bem estar dos transeuntes, podendo tornar-se num caso de saúde pública. Assim senhor Presidente solicitamos esclarecimento sobre o assunto. -----

----- Também solicito esclarecimento sobre a estação da mobilidade, questão já aqui abordada por diversas vezes e anunciado pelo senhor Presidente da Câmara, tendo já referido que a mesma seria transferida ou criada no espaço que confina com estação intermodal de Novelas. Assim sendo e interpretando como certo tal anúncio, pergunto como é que vai ser feita a ligação entre esta nova estação da mobilidade em Novelas e o tecido urbano da cidade de Penafiel? Pois não basta só anunciar tal transferência, urge solucionar e aproximar tais espaços em termos relativos para que esta infra estrutura funcione. Este alerta visa suprir as atuais dificuldades que existem na atual estação de mobilidade situada na avenida Sacadura Cabral, pois é um crime ver o que se passa na, ao fim de semana, com os utentes dos autocarros a carregar ou a descarregar as malas em plena via de circulação, sujeitos a acidentes e entregues à sua sorte. -----

----- Também solicita informação quanto á fase em que se encontra a construção da zona industrial de Recezinhos, obra cujo inicio remonta a um passado longínquo ano 2001, onde então a Câmara Municipal da governação do executivo do PS, deixou os acessos abertos e já passaram 4 mandatos autárquicos, da coligação e a obra ainda está a decorrer, Ou seja de prorrogação atrás de prorrogação, de empreitada atrás de empreitada e ao fim de 19 anos não se conseguia ver sinais de fumo para a conclusão e disponibilização da mesma para alojar investimentos industriais. Não basta apregoar que existe uma politica municipal para acolher investimento industrial no concelho, é urgente dotar o concelho com espaços infra estruturados e com condições logísticas para acarinhar. Ora, se a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador, esta é uma questão pertinente e urgente que colocamos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Começou por dizer que o senhor deputado Nuno Araújo ficava sempre muito agastado quando o senhor Presidente da Câmara fazia alguma referência ao Governo da Nação. Mais uma vez o senhor deputado, naquele púlpito, fez uma intervenção emocionada, mas no seu ponto de vista não havia razão para tanto, pois o que disse já foi dito em outras alturas. Achava que o Governo de António Costa nunca teve uma especial afetividade pelo concelho de Penafiel, e o senhor deputado Nuno Araújo não o desmentiu, porque deu três exemplos de presenças de membros do Governo, em circunstâncias que não tinham a ver com o município e com a ação do mesmo. A presença do senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros foi no encontro dos investidores da Diáspora e foi em Penafiel, mas não era uma ação do município nem a convite do município. A senhora Secretária de Estado da Justiça veio efetivamente para ver o Tribunal de Penafiel, mas não foi em nenhum contexto relacionado



----- A questão de atração de investimento e do facto de Penafiel não ter uma estratégia nesse domínio, também ali invocada pelo senhor deputado Nuno Araújo, frisou que essa era uma matéria em nada concordava com o senhor deputado, porque o município de Penafiel era um dos únicos municípios com atitude muito proactiva em matéria de atração de investimento. Lembrou que no primeiro ano, do presente mandato autárquico, celebraram contratos de investimento para a criação de mais de 1000 postos de trabalho e muitos deles eram empregos qualificados e altamente qualificados. Esse trabalho atração de investimento tem vindo a ser feito e os resultados têm vindo a aparecer. -----



-----No que dizia respeito ao Centro de Negócios, disse que era um tema diferente, havia uma parceria com a Associação Empresarial e no protocolo assinado comprometiam-se a respeitar o *timing* deles. Estavam permanentemente a insistir no sentido que o Centro de Negócios fosse inaugurado e a informação que tinha era que no próximo ano estariam reunidas as condições para avançar em definitivo.

-----Pedi ao senhor deputado Nuno Araújo para não voltar usar a expressão "Penafiel cidade de caixas registadoras", porque não era simpático adjetivar a cidade daquela maneira, nem verdade. Penafiel não tem nenhum número elevado de grandes superfícies comerciais, como acontecia em outros concelhos da região, muito pelo contrário. Mas tinham que se preocupar com os consumidores. Também não os tinham localizado na avenida principal, existe sempre a preocupação de os ter de forma organizada e planeada. --

-----Referiu que não podiam apenas criar empregos para licenciados, tinham que ter oportunidades para toda a gente e infelizmente o número de pessoas sem formação superior era maior do que os com formação superior. -----

-----Relativamente ao cemitério de Penafiel, referido pelo senhor deputado José Macedo, disse que todos os elementos que solicitou constavam no processo que na qualidade de deputado municipal podia consulta-lo no Departamento de Obras, Serviços Municipais e Ambiente e assim esclarecia todas as dúvidas que porventura pudesse ter. Informou que constava no *dossier* o parecer da Junta de Freguesia relativamente ao projeto e à sua localização. -----

-----A senhora deputada Sofia Leal abordou o tema da cultura, nomeadamente do "Escritaria", que foi de facto uma edição muito positiva. O escritor Manuel Alegre saiu de Penafiel feliz, com a homenagem que lhe foi feita e pela forma como a comunidade o acolheu. -----

-----A senhora deputada Ana Loureço referiu o tema da área social, que para o executivo era uma prioridade pois têm procurado ter em agenda os aspetos sociais. Celebravam o dia Internacional do Idoso, promovendo o envelhecimento ativo, prioridade da rede social. A CPCJ que trouxe excelentes oradores ao Seminário que organizou para refletir sobre a proteção do jovens e das crianças em risco. Também realizaram uma ação em parceria com a APADIMP para informar e sensibilizar o dia Internacional da pessoa com Deficiência, ação, essa que encheu por completo, e os lugares não foram suficientes no auditório do Museu Municipal, o que mostrava que a população é sensível a esse tema. Também hoje, da parte da manhã, decorreu, no auditório da Biblioteca Municipal, uma ação e formação para cuidadores informais, uma área muito importante que infelizmente o Estado nas suas diversas dimensões não prestou muita atenção, agora, felizmente, havia algum cuidado para esse tema. Esperava que esses cuidadores, passassem a ter, para além do estatuto já aprovado, condições para poderem desenvolver essa missão. ---

-----E por tudo aquilo e muito mais, mais uma vez o município de Penafiel, viu ser-lhe atribuído pelo Observatório das Famílias dos Municípios Mais Familiarmente Responsáveis, o galardão do Município Amigo das Famílias, naquele que era o galardão mais distinto com a Palma de Ouro. Mais uma vez, na região, foi



apenas o concelho de Penafiel a receber esse galardão, o que significava que esse mérito existia e foi reconhecido. -----

----- Relativamente às comemorações dos 500 anos do Foral de Entre-os-Rios, tema abordado pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Eja, disse que Entre-os-Rios era uma terra com muita história, tinha tantos anos de foral como o concelho de Penafiel, ambos completavam 500 anos no ano em curso.

----- Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Sousa Pinto, começou por dizer que a obra referente ao Ponto C, quanto aos acessos, já tinha sido lançado o concurso para a obra e feita a sua adjudicação, estavam aguardar o visto do Tribunal de Contas, que ainda não tinha sido solicitado na medida que ainda estava a ser celebrado um protocolo relativamente a uma parte do terreno. Estava em adiantado estado e em condições de em breve se puder começar a obra. O projeto estava praticamente concluído, estavam também em negociações com os proprietários dos terrenos, e em breve deviam estar em condições de lançar esse concurso dessa obra tão importante para o concelho e região.-----

----- O Interface de Novelas estava o projeto, a ser concluído, e contavam que até ao final do ano fosse entregue, e esperava que obra podia ser lançada no início do próximo ano. Quando a obra do Interface estiver concluída o papel da atual estação da mobilidade ia altera-se, até porque com a concessão dos transportes, agora feita pela CIM, os autocarros iam passar a ter estação interface, o seu ponto de chegada e partida, da mesma forma que vão passar a ter mais autocarros em direção ao Centro Hospitalar Tâmega e Sousa e aos Centro do Saúde, porque iam ter uma capacidade de intervenção que até então não tinham da mesma forma que as freguesias do sul do concelho, Rio Mau e Sebolido, ou seja várias das questões que abordadas pelo senhor deputado Nuno Araújo no que dizia respeito às acessibilidades e mobilidade iam ficar ultrapassada com aquele novo modelo de funcionamento dos transportes de serviço público.

----- Em relação à zona industrial de Recezinhos a obra estava concluída, estava prevista ser feita a receção provisória até ao final do ano. Disse que de facto no mandato do PS foi aberta a estrada dos acessos, mas foi depois, com a governação da coligação que foram adquiridos e pagos os terrenos. Esse é que foi o esforço mais significativo, bem como, foi lançado o concurso para as infraestruturas, apenas com recurso ao orçamento municipal, sem recurso a fundos comunitários, porque não existiam, num desafio grande para o município. Felizmente a obra estava concluída e tinham já várias empresas que sinalizaram interesse nessa zona industrial com unidades positivas em termos de criação de emprego. -----

----- No que concerne ao canil municipal, disse que já lá foram feitas obras, investimento que ultrapassou os 30 mil euros, que permitiu aumentar a capacidade de acolhimento. Atualmente existem 27 jaulas e capacidade para 20 gatos, sendo que é canil e gatil. Foram também feitas no melhoramento do espaço que atualmente reúne todas as condições para funcionar de acordo com as melhores normas

naquele domínio. Era de facto um problema, aquilo que o senhor deputado ali referiu sobre a matilha de cães nas ruas e não era apenas um problema em Penafiel, mas de todo o país como se podia ver quase que diariamente nos jornais em que matilhas de cães que atacavam cidadãos nas ruas. Os municípios ainda não tinham condições para acolher tantos animais. Em Penafiel de setembro a novembro foram capturados 130 cães, e desses foram adotados 95. Era uma melhoria significativa em relação a outros tempos e a outros números. Todos esses animais foram identificados e esterilizados, foram cumpridas todas as regras, mas a verdade é que era necessário mais tempo de transição até que fossem tomadas outras medidas. O trabalho estava a ser feito e acreditava que com o tempo a situação iria melhorar porque era uma grande preocupação nomeadamente dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia que diariamente têm interpelação dos cidadãos para apanhar os cães, mas a verdade é que o canil municipal não tem uma capacidade ilimitada e tinham todos os condicionalismos legais que eram conhecidos por todos.

----- Desejou um Santo Natal e um excelente ano de 2020. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Relativamente à falta de comparência de membros do Governo no município disse que não sabia que forma de resolução deveriam encontrar para resolver esse facto, mas independentemente da condição ou a convite de quem vinham os membros do Governo a Penafiel isso não dava mais ou menos relevância à importância do Governo em Penafiel e estarem em contacto com os penafidenses. O facto de terem vindo a convite do PS ou da CONFRAGI só revelava a importância que Penafiel tinha em todas as suas dimensões e por força de eventos que realizava. Agradecia o voto de confiança que o senhor Presidente lhe fazia da probabilidade de resolver o problema junto do IHRU, mas em todo o caso não resolvia o problema de alguma ausência de políticas públicas de habitação do concelho de Penafiel ao longo dos últimos 19 anos. Sabia que foram feitas obras no tecido que já existia, nomeadamente nos bairros sociais, num conjunto de habitações do IHRU e da Câmara Municipal, o município foi investindo mas o que era certo é que nada de novo foi acrescentado ao longo dos últimos anos. O senhor presidente disse que a estratégia local de habitação estava em curso, e estava que dentro dos *timings*, mas havia outros municípios a construir habitações públicas, nomeadamente Lousada, Porto e Matosinhos, que já tinham as suas estratégias em curso. Não era necessário branquear, naquele momento a ausência de estratégia em Penafiel.

----- Pediu ao senhor Presidente para que ali justificasse o porquê do município de Penafiel perder população face aos demais da região. Porque quando comparava com Paredes, Lousada ou Amarante o município de Penafiel era o único que perdia população para outros municípios. -----

----- Relativamente à questão de criação de emprego, disse que entendeu a forma como introduziu esse tema, mas o PS pensava de forma diferente, porque emprego qualificado ou desqualificado não era a mesma coisa. Se queriam competir com as outras regiões do país ou da Europa têm que ser capazes de



criar emprego qualificado. Recordou uma medida da iniciativa do senhor Presidente, o Conselho Consultivo para os Investimentos Estratégicos do Município de Penafiel presidido na altura, pelo Dr. Lobo Xavier, que nunca reuniu. Esse conselho era relevante porque permitia discutir que tipo de investimentos queriam para o município. Para o PS não era irrelevante ter jovens qualificados a fazer tarefas desqualificadas. Se investiam num jovem, se o qualificavam queriam que ele estivesse a produzir exatamente na mesma medida, capaz de desempenhar tarefas mais qualificadas porque correspondia a melhor salários e conseguiam diminuir o hiato que existia entre a área metropolitana e a região do Vale do Sousa. Perguntou quando é que o senhor Presidente pretendia reunir o Conselho Consultivo para os Investimentos Estratégicos do Município de Penafiel, porque aí poderia debater de forma franca chegar a alguns consensos no decorrer dessas reuniões de trabalho. -----

----- Quanto às consultas de cardiologia, disse que um Conselho de Administração que se preze, não pida dialogar com um senhor Presidente de Câmara Municipal veio mentir, deturpar um conjunto de informação de que nem tinha acesso. Aconselhou o senhor Presidente a enviar um email ao Conselho de Administração a fim de obter informação correta. -----

----- Reiterou que que no final do ano os tempos de espera da consulta de cardiologia era inferior a um ano. Era uma vitória do conselho de Penafiel, dos penafidenses e de todos os profissionais, do Conselho de Administração e do Governo. -----

----- Em termos de mobilidade Penafiel ainda tinha um longo caminho a percorrer. Recordou que no passado as crianças do conselho podiam frequentar as piscinas municipais e atualmente não podiam porque não havia transportes públicos para esse fim. O problema já era antigo e o senhor Presidente não tinha tido a capacidade de o resolver. Numa sessão da Assembleia passada propôs ao senhor presidente uma estratégia diferente com equipamentos privados. Combater as assimetrias da mobilidade no conselho de Penafiel é permitir que independentemente da freguesia onde se resida pudesse aceder aquele tipo de equipamento em igualdade de circunstâncias. Atualmente isso não acontecia, as crianças do sul, do norte e interior do conselho para se deslocarem para aquele tipo de equipamentos têm que utilizar viaturas próprias e os pais têm que ter condições para isso, porque de outra forma é manifestamente impossível.

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Quanto ao Conselho Económico Estratégico, disse que reuniu e o senhor deputado Agostinho Gonçalves participou nessas reuniões como conselheiro que integra esse mesmo conselho. Recentemente não tem reunido, mas iam promover o seu reatamento em termos de reuniões regulares, para que pudessem, obviamente, participar e dar os seus contributos. -----

----- No que concerne à questão da saúde, referiu uma notícia do dia 28 de novembro, com a chancela da Lusa e do conhecimento público, (não sendo necessário, assim, de se deslocar ao centro hospital nem enviar email), dizia que o senhor Primeiro Ministro em debate no Parlamento em resposta ao número de dias para a primeira consulta de cardiologia no hospital Padre Américo do Vale do Sousa, ser de 1482 dias,

respondeu que não era esse número de dias, que o número certo eram 593 dias. Mesmo esse número era mais do que o número que o senhor deputado referiu. Quatro horas depois, o Ministério da Saúde afirmou que esse número referia-se ao número de doentes à espera da primeira consulta de cardiologia há mais de um ano. Ou seja, senhor Primeiro-ministro foi desmentido, no mesmo dia, pelo Ministério da Saúde. -----

----- O senhor deputado Agostinho Gonçalves: Disse que de facto, o Conselho Económico Estratégico de que fazia parte, com todo o gosto e dando os seus contributos como penafidenses, tem reunido, mas esclareceu que fazia parte com todo o gosto e os seus contributos eram dados como penafidense, mas a verdade é que foi convidado para a sua integração na qualidade de ex-Presidente da Câmara Municipal e não de representante do Partido Socialista. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Deu nota, enquanto membro e Presidente da Assembleia Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que na última sessão daquele órgão, onde estavam representados com os deputados ali eleitos, foi aprovada uma moção por unanimidade de todas as bancadas, no sentido de solicitar uma reunião ao Conselho de administração do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa para que uma delegação da Assembleia Intermunicipal, com a participação do Conselho Intermunicipal no sentido de tomar conhecimento de vários tipos de questões relacionadas com o funcionamento do hospital. -----

----- **3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, do Município de Penafiel, para efeitos do previsto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Desejou um Santo Natal e que o ano de 2020 fosse um ano com muita saúde para todos. -----

----- Propõem-lhes o Executivo da Coligação a apreciação e decisão sobre uma revisão Orçamental e do Plano Plurianual de Investimentos que na senda de anteriores Exercícios confirma que se continuava a agravar uma gestão desgovernada. -----

----- Propõe-se rever o PPI em 101 ações que, ou ajustam valores, desaparecem ou transitam para 2020 ou anos seguintes num valor de cerca de 12 ME. Há algumas destas 101 ações que estão a ser ajustadas por reduções de valores estimados, mas a generalidade é o deslizar ano sobre ano de intenções não executadas. -----

----- No Plano e Orçamento apresentados para 2019, que rejeitamos, já dizíamos que seria para executar com taxas de 45 a 50%. Assim temos, como tem sido nos anos anteriores uma monstruosa Revisão do Orçamento e do PPI, que tal como antes, agora também o senhor Presidente dirá que estaremos perante questões técnicas e contabilísticas. Só o seria se estivéssemos a tratar de valores



razoáveis o que não é o caso. Haver intenções de obras ou investimentos que se tencionava concretizar e não ser possível é corrente e normal. Ter correções no final do ano de um orçamento de 73 ME num valor de 12 ME, não é questão técnica, é isso sim questão de errada gestão política e que temos evidente em reporte do TC e da DGAL na ordem dia desta sessão. -----

----- Haver ações no PPI, com valor residual e que por diversas razões não se consegue concretizar é normal, o que não é aceitável é a quantidade e valor total de ações que se vão retirando e colocando em anos seguintes. Não é aceitável e é uma questão má gestão Política, com que o PS não concorda e contra a qual votará.-----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que o senhor deputado Couto Barbosa e o senhor deputado Agostinho Gonçalves sabiam muito bem que noutros tempos os orçamentos municipais eram feitos pelo lado da despesa. Atualmente as regras contabilísticas evoluíram e tem que haver maior cuidado na elaboração dos orçamentos. O maior cuidado na elaboração dos orçamentos nunca pode permitir execuções na casa dos 90 e 100%, porque era totalmente impossível e no dia que isso acontecer vai chegar altura em que o senhor Presidente da Câmara quer lançar uma obra e não conseguia. Tem uma obra que por circunstâncias várias derrapou no seu custo e não podia e portanto tem que haver sempre uma folga e os orçamentos são na base móvel de quatro anos. E essa base móvel dos 4 anos pressupõe exatamente que quando se elaboram os orçamentos devem fazê-lo nessa base móvel projetando obras para 2020, 2021, 2022 e 2023. -----

----- Referiu que não entendia a admiração do senhor deputado Couto Barbosa porque aquela redução do orçamento, não eram mais do que as cativações do atual Ministro das Finanças. O executivo municipal chegou ao mês de outubro e viu que por circunstâncias várias, quer porque os projetos atrasaram, quer porque a empreitada estava dependente do visto do Tribunal de Contas entre outras, concretizar aquele investimento naquele ano civil. Era de boa gestão, concluir que não é possível executar o orçamento da despesa nesse ano e reduzir esse investimento. Ditavam assim que as boas regras do POCAL e do SNC-AP e a maior verdade quando a conta de gerência for aprovada no ano seguinte. E nessa perspetiva era uma opção correta, houve rubricas que por circunstâncias várias, uma porque não tiveram execução, outras tiveram diminuição da execução e acertando aqueles valores tem que ser feitas essas correções e tinham que ser feitas as modificações ao orçamento. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor dos senhores deputados António Carlos de Sousa Pinto, Hermínia Maria Ferreira Magalhães, António Gaspar Dias, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Liliana Cristina Gomes Nunes e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Cabeça Santa, Canelas, Capela, Duas Igrejas, Fonte Arcada,



Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Penafiel, Peroselo, Rans, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 10 votos contra dos senhores deputados Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, João Carlos Batista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Renato Joaquim da Rocha Barros, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana Leite. -----

----- 2 Abstenção do senhor deputado Pedro Alexandre Mogadouro do Couto e António Fernando Rodrigues Barbosa. -----

-----4.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao Mapa de Pessoal para o ciclo de gestão de 2020, aprovado pela deliberação da Câmara Municipal n.º 1034 de 04/11/2019 e alterado pela deliberação da Câmara Municipal n.º 1052 de 18/11/2019, para os efeitos previstos no art.º 29.º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

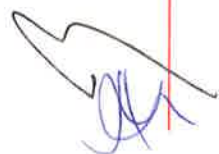
----- O senhor deputado Couto Barbosa: Referiu que o mapa de pessoal por ciclo anual de gestão é uma legítima competência e atribuição do executivo e no caso de Penafiel do executivo da Coligação "Penafiel Quer". Foi-lhes presente na sessão da Assembleia Municipal em junho passado, o Mapa atualmente em vigor que acrescia 20 novos lugares de postos de trabalho, totalizando 626 postos. -----

----- Propõem agora, para 2020, novo acréscimo de mais 46 postos de trabalho divididos por 13 técnicos superiores 1 coordenador e 32 operacionais, totalizando 672 postos de Trabalho previstos no mapa em aprovação. -----

----- Como já tinha referido, era uma opção de gestão, questionável apenas por em nada vir fundamentada descritivamente, mas legítima, assim o grupo municipal do Partido Socialista a que não se ia opor e votariam favoravelmente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que a alteração prendesse com o facto de funções que até ali eram exercidas por funcionários da Penafiel Activa EM e iam passar a ser exercidas pela Câmara Municipal. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 38 António Carlos de Sousa Pinto, Hermínia Maria Ferreira Magalhães, Sofia Manuela Moreira Leal, José da Silva Rodrigues, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Liliana Cristina Gomes Nunes, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, João Carlos Batista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Renato Joaquim da Rocha Barros, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva e os Senhores Presidentes das Juntas



de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 5.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos Documentos Previsionais para o ano de 2020, bem como autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Tabela de Taxas e Licenças Municipais., para efeitos do disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- — O senhor deputado Sousa Pinto: Disse que o orçamento para o ano de 2020 está fortemente inflacionado e a fundamentação do Partido Socialista é que dos 67 milhões de euros na previsão da receita e despesa, se comparado com o nível do resumo da execução da receita e despesa a 2 de Dezembro de 2019 onde apenas estavam executados 33 milhões de uma previsão de 73 milhões. Ora, assim com estes dados, que usamos, foram extraídos da informação escrita enviada na informação do senhor Presidente. Assim é possível distinguir o que é a execução real da informação fictícia, deste e dos outros orçamentos a que temos apreciado. A título de exemplo é ver o que se verifica na rubrica despesas de capital - aquisição de bens e serviços cujo valor de 17 milhões apenas se executou 8,5 milhões ou seja 50% e na rubrica despesa de capital - aquisição de bens de capital cujo valor é de 37 milhões apenas foram executados 8 milhões ou seja 20%. Assim se percebe e explica o valor inflacionado deste orçamento de 2020. Em conclusão, apenas só na rubrica, despesas com o pessoal, cujo valor é de 13 milhões, tendo sido executado 11 milhões, é esta a rubrica que mais se aproxima de um valor próximo da realidade, com um desvio mínimo entre o orçamentado e o executado, já para as restantes rubricas tudo é fictício. -----

----- Face ao histórico, e na presença deste documento, o grupo municipal do PS refere que o orçamento, é um documento onde se promete tudo e a todos, onde se colocam as obras que cada senhor Presidente de Junta de Freguesia sonha um dia vir a ter, e assim produz-se um orçamento que não é determinante nem orientador de uma boa execução da política municipal. E depois, com o decorrer do ano, ao aproximar-se os últimos três meses de execução, assistimos a sucessivas manobras onde são retiradas centenas obras que estavam programadas, ficando apenas um conjunto residual. Depois, segue-se o já velho argumento, onde se diz que todas as obras inscritas respondem as aspirações e assim eram passivas de serem feitas, mas tal argumento não passou de um logro, pois a manifesta falta de capital, impediu a execução das obras então prometidas. -----

----- Nesta discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos Documentos Previsionais para o ano de 2020, não passa de um exercício enganador e falacioso, pois está assente em valores inflacionado, é ver que no ano de 2017 foi de 72 milhões, em 2018, ano de eleições, 80 milhões, em 2019 73 milhões e

para o ano 2020 é de 67 milhões, sem haver um mínimo de certeza quanto à veracidade das fontes de financiamento disponíveis na Câmara, ou sem ter em conta o histórico dos valores de referência. -----

-----O orçamento municipal deve apresentar mais rigor, e as inúmeras críticas pelo grupo municipal do PS apresentadas como sugestões, não foram acolhidas justificando assim o voto contra a aprovação do documento em apreciação e votação. -----

-----— A senhora deputada Cristiana Leite: Disse que o Orçamento apresentado não trazia grande novidade. Mas há um ponto queria frisar, a Câmara Municipal de Penafiel reúne com o Conselho Municipal da Juventude, e bem, talvez seja das poucas que o faz. -----

-----No entanto, este Conselho nunca foi informado sobre o orçamento desta Câmara para dar o seu parecer, sendo este obrigatório, mas não vinculativo (artigo 7º do Regulamento do CMJ). Esta é uma atitude que não gera grande espanto, porque os jovens não são consultados para emitir pareceres sobre o orçamento, porque não existem políticas para a juventude nele. -----

-----Por exemplo, um jovem recém-formado tem lugar em Penafiel? Consegue emancipar-se em Penafiel? -----

-----A resposta é não. Não existe habitação em Penafiel, não existe emprego qualificado em Penafiel.

-----É urgente um Plano Municipal da Juventude, tantas vezes proposto em sede de CMJ pela Juventude Socialista, e tantas vezes ignorado. -----

-----Todos os jovens se orgulham de ser Penafidelenses, mas não eram as festividades que os iam manter na sua terra. -----

-----— O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que havia de facto uma linha que separava as bancadas do grupo municipal da coligação "Penafiel Quer" e a do grupo municipal do Partido Socialista porque para a bancada da coligação o copo está sempre meio cheio e para a bancada do PS o copo está sempre meio vazio e que costuma-se dizer que da cabeça de um juiz e do rabinho de um bebé nunca sabemos o que sai e quando sai, mas há uma coisa que todos sabem, é que do executivo liderado pelo dr. Antonino de Sousa e os orçamentos que têm sido feitos, são orçamentos sociais e financeiramente equilibrados para todos os penafidelenses. Têm essa certeza porque olham para o presente orçamento e vêem um orçamento global de 69,9 milhões de euros para 2020 e reduziu cerca de 11 milhões em relação a outros anteriores orçamentos, o que significa que há forçosamente uma redução de despesa, o que quererá dizer que haverá uma redução da dívida. Que costumavam dizer e continuava a afirmar que aquelas contas estavam no bom caminho, no caminho das contas equilibradas que o executivo faz questão de ser a sua referência sem descorar o investimento em capital do investimento nas obras do Ponto C, nos Modos Suaves, nas escolas, no plano municipal de solidariedade, na educação entre outros, que ao longo dos presentes documentos estavam devidamente elencados e sem descorar o investimento no capital humano. -----

-----Quando diziam que aquele era um orçamento equilibrado era porque tinha no PPI 31,4 milhões de

investimento, que é alavancado na sua maior parte com fundos comunitários, ou seja a boa despesa. Não podiam esquecer que não foi o executivo que inventou o quadro plurianual de programação na lógica dos 4 anos, é porque isso existia e pela necessidade constante de que os orçamentos dos investimentos dificilmente se executavam no ano do seu lançamento. Por exemplo uma obra que é lançada em janeiro que tem um programa de execução de 6 meses, que gastava nesse tempo, se a obra vai a visto do Tribunal de Contas e este pedir uma série de esclarecimentos, a obra começava em outubro e era impossível consuma-la no ano corrente, logo era boa gestão descabimentá-la e passá-la para o ano seguinte. E isto replicando-se por várias obras e essencialmente obras que tem a ver com fundos comunitários resultava naquela obrigatoriedade de fazer alterações e modificações orçamentais. Era necessário olhares para aquelas modificações como política de boa gestão e não como política de bota abaixo. -----

----- O senhor Presidente e o seu executivo estavam no bom caminho e sempre em frente é que é o caminho e naturalmente ficam satisfeitos com os documentos em apreço e os subscrevem com muita satisfação. Que iam votar favoravelmente porque acreditam que é um orçamento que indicia uma boa perspetiva de investimento para os próximos 4 anos. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor dos senhores deputados António Carlos de Sousa Pinto, Hermínia Maria Ferreira Magalhães, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Rui António dos Reis Lopes, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Liliana Cristina Gomes Nunes e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Irivo, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 10 votos contra dos senhores deputados Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, João Carlos Batista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Renato Joaquim da Rocha Barros, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Cristiana Leite Cruz. -----

----- 2 Abstenção do senhor deputado Pedro Alexandre Mogadouro do Couto e António Fernando Rodrigues Barbosa. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa fez a seguinte declaração de voto: Disse que à semelhança dos anos anteriores votou favoravelmente aqueles documentos, dando o benefício da dúvida ao senhor Presidente. -----

----- Foi por diversas vezes criticado por lutar pela sua freguesia, mas sabe negociar com o senhor Presidente da Câmara Municipal e quando há abertura por parte da autarquia as coisas corriam bem-

-----Relativamente às críticas que têm surgido mediante à sua posição naquele momento disse que convivia bem com elas como sempre conviveu. A sua posição e a sua forma de estar era aquela, havendo abertura da parte da Câmara Municipal como tem havido a sua postura e a sua forma de estar será sempre aquela em prol da sua freguesia, que foi para isso que a população o elegeu. Bem-haja ao senhor Presidente da Câmara porque tem a certeza que tudo o que têm conversado e acordado será executado.

-----Desejou um Santo Natal a todos e um feliz ano de 2020.-----

-----6.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração das taxas de Recursos hídricos de água e saneamento para o ano de 2020 - Penafiel Verde, E. M., nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor dos senhores deputados António Carlos de Sousa Pinto, Hermínia Maria Ferreira Magalhães, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Rui António dos Reis Lopes, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto e António Fernando Rodrigues Barbosa e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Irivo, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rio Mau, Sebolido, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 8 abstenções dos senhores deputados Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, João Carlos Batista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva. -----

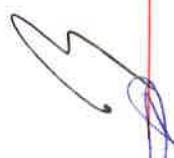
-----7.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, para os efeitos previstos na alínea m), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Apresenta o executivo municipal uma alteração ao Regulamento dos Serviços Municipais com um preâmbulo que pretendendo contextualizar a alteração proposta o faz apenas com generalidades, não concretizando com qualquer detalhe em que consiste a alteração que se exigiria mesmo que de modo resumido. -----

-----Por essa razão, o grupo Municipal do Partido Socialista ia-se abster na sua votação, sendo que a haver explicação do que proponha em concreto, o sentido de voto seria diferente. -----

-----Desse modo resumiria o que resultava da apreciação feita ao documento.-----



----- Retomando o normativo legal nacional a dar autonomia aos Executivos Municipais para definição da sua estrutura orgânica, propõe a Coligação "Penafiel Quer" manter 2 Departamentos, extinguir 3 Divisões e criar 5 novas Divisões. Ficariam 8 estruturas de Direção Intermedia. -----

----- Merecia-lhes uma crítica, que aliás já tinham apontado no ajuste operado em 2017, pelo facto de haver elevado número de Divisões com dependência única e direta do Executivo, ou seja, 2 em 2017 que agora subia para 4. -----

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que a razão deste organograma e ao regulamento tinha sobretudo dois objetivos. Por um lado, atualmente a Câmara Municipal e as suas prioridades era bem diferente do que aquela que eram há dez anos a esta parte, portanto o organograma e a estrutura que a Câmara tinha atualmente não estava adequada às novas missões e atuais prioridades. As prioridades municipais estava mais nas áreas sociais, sentido alargado do que estavam há alguns anos, hoje a realidade era outra e fizeram aquela alteração para criar uma adequação formal àquela que já era a realidade em termos de prioridades municipais. Por outro lado, queriam que a estrutura municipal esteja preparada para as competências que o município vai acabar por assumir no âmbito da descentralização de competências. Vão receber um conjunto vasto de competências, por exemplo na área educação e da saúde e não tinham uma estrutura capaz de acolher essas novas competências. Na área de cultura têm dado uma grande prioridade na política municipal, e não tinha nenhuma estrutura intermédia capa de acolher essa mesma área. -----

----- Ao contrário do que o senhor deputado Couto Barbosa disse, foram anuladas duas divisões e foram criadas três novas divisões. Havia ali apenas uma divisão a mais no balanço e depois foram criadas quatro unidades de 3.º grau que se enquadravam dentro das divisões porque eram áreas específica, por exemplo, passaram a ter uma Unidade de Contratação Pública e Gestão de Fundos Comunitários e Apoio à Atração de Investimento, áreas, essas que atualmente tem que estar presentes numa estrutura e num organograma. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor dos senhores deputados António Carlos de Sousa Pinto, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Rui António dos Reis Lopes, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto e António Fernando Rodrigues Barbosa e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Irivo, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Rio Mau, Termas de S. Vicente e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. ---

----- - 8 abstenções dos senhores deputados Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, João Carlos Batista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís

Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva. -----

-----**8.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de minuta de revogação parcial de contrato administrativo celebrado entre o Município de Penafiel e a Freguesia de Abragão celebrado em 2012-02-09, respeitante à cedência a título gratuito, de um edifício escolar de dois pisos com logradouro, área coberta de 317 m2 e descoberta de 1293 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 001655, sito no Lugar de Miragaia, freguesia de Abragão, município de Penafiel, e com o artigo matricial n.º 1305 para desenvolvimento de atividades de interesse público municipal, mantendo-se o citado contrato vigente relativamente ao imóvel da Escola Primária com um pavimento e logradouro, área coberta de 146 m2 e descoberta de 1067m2, descrito na conservatória do registo Predial sob o n.º 00045, freguesia de Abragão, município de Penafiel, e com o artigo matricial 1133, para efeitos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 36 votos a favor dos senhores deputados António Carlos de Sousa Pinto, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Rui António dos Reis Lopes, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Liliana Cristina Gomes Nunes, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, João Carlos Batista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto e António Fernando Rodrigues Barbosa e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Irivo, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Rio Mau, Termas de S. Vicente e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

-----**9.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências e de Constituição de 'Unidade Técnica de Serviço', a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e do Sousa e o Município de Penafiel para a Exploração do Serviço Público de Transporte de Passageiros relativos ao 'LOTE B - POENTE', para efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 36 votos a favor dos senhores deputados António Carlos de Sousa Pinto, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira



Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Rui António dos Reis Lopes, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Liliana Cristina Gomes Nunes, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, João Carlos Batista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto e António Fernando Rodrigues Barbosa e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Irivo, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Rio Mau, Termas de S. Vicente e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- **10.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da proposta final de procedimento de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Penafiel para Adequação ao Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho e regulamentado pela Portaria 68/2015, de 9 de março, para efeitos no disposto no artigo 90º do Decreto-Lei 80/2015 de 14 de maio;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- — O senhor deputado Couto Barbosa: Perguntou se a introdução de um novo artigo n.º 65- A, no PDM ia permitir que se deixe de terem na Assembleia Municipal as sucessivas declarações de interesse público municipal. A alteração estava a ser feita e trazia anexo neste caso e vai permitir que em outra situação de qualquer situação de pedreira ou de outro tipo de atividade, com esse artigo deixava de ser presente no órgão deliberativo desde que tivesse o ok da Comissão Conciliadora da Direção Regional de Agricultura do Norte. Se assim for parecia-lhes ser a medida correta para não terem na Assembleia Municipal, como tiveram em sessão anteriores inúmeros de pedidos de declarações de interesse público de atividades pré-existentes no sentido de as legalizar porque não cumpriam normas do plano. -----

----- — O senhor Presidente da Câmara Municipal: Deu nota que tudo o que o senhor deputado Couto Barbosa disse correspondia à realidade. Todos os processos ficavam, com aquela alteração regularizados. A alteração resultava da própria Lei que previa que se fizessem aquelas alterações ao PDM. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 36 votos a favor dos senhores deputados António Carlos de Sousa Pinto, António Gaspar Dias, Sofia Manuela Moreira Leal, Belmiro Barbosa Pereira, José da Silva Rodrigues, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Rui António dos Reis Lopes, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Ana Ricardina Melo dos Santos, Liliana Cristina Gomes Nunes, Nuno Miguel Costa Araújo, Agostinho Moreira Gonçalves, António José de Sousa Pinto, João Carlos Batista Couto Barbosa, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José Manuel Salgueiro Macedo, Joaquim Alexandre Ferraz Lopes da Silva,

Pedro Alexandre Mogadouro do Couto e António Fernando Rodrigues Barbosa e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Irivo, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Rio Mau, Termas de S. Vicente e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

-----11.º Ponto – Conhecimento do ofício do Tribunal de Contas datado de 2019-11-18, informando que em sessão da 2ª Secção do tribunal de Contas, de 2019-11-14, foi deliberado homologar a verificação interna da Conta de Gerência do ano de 2018, bem como fixados os emolumentos a pagar; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que mediante aquele ofício do Tribunal de Contas, dois mais dois continuam a ser quatro e que o algodão não engana. Não engana porque todos assistiram à discussão da última conta de gerência em que os senhores deputados da bancada do PS disseram que a conta de gerência era uma fraude e as contas estavam erradas. Ora o Tribunal avaliou a conta, homologando-a e pela verificação interna da conta que fez, de forma exaustiva, concluiu que as contas do Município estavam corretas e aquilo que o PS apregoeou aos ventos em abril último, não era verdade e agora deveriam fazer *mea culpa*, dizendo que se tinham equivocado. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o que dizia na segunda página do ofício do Tribunal de Contas não era exatamente o que o senhor deputado Sousa Pinto habilidosamente tentou ali dizer sobre as boas contas em Penafiel, pois repetia várias vezes na palavra rigor. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----12.º Ponto – Conhecimento do ofício da Direção-Geral das Autarquias Locais, datado de 2019-09-06; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que desde há anos que em todos os Orçamento em aprovação na Assembleia Municipal, o grupo Municipal do PS alertava para o exagerado empolamento ilegal de receitas, com orçamentos que poderiam ser ambiciosos, mas se revelavam irreais e visionários, quando se chegava às suas miseráveis taxas de execução. O empolamento de impostos municipais e de taxas e serviços cujo alerta repetiam, vem-se mantendo, apenas tendo marginais reduções. As regras do POCAL nestas previsões não eram, nem são cumpridas. Agora tem a Assembleia Municipal que ser alertada pela DGAL. O alerta no caso deve ser dirigido aos membros da Assembleia Municipal que tem aprovado os orçamentos. A bancada do PS tem feito alertas bem mais precoces do que os da DGAL a quem reportará não haver necessidade de receber este alerta. -----

-----Sê-lo-á para a bancada da Coligação a quem a DGAL deve dar devida nota e aplicar a consequência legal do alertado. -----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que o artigo n.º 56 da Lei das Finanças Locais, sobre a epígrafe, alerta precoce diz que deviam informar toda a família quando em dois anos consecutivos a execução da receita é inferior a 85%. Quando refere toda a família é porque o alerta é: deve-se informar os membros do Governo responsáveis pela área das finanças das autarquias, os presidentes dos órgãos executivos e deliberativos dos municípios que informem os respetivos membros na primeira reunião e a DGAL. De facto nos últimos dois anos houve uma execução inferior aos 85% e isso era um alerta e deviam olhar para esse alerta com cautela. Esse cuidado e essa certeza existia a partir do momento em que o executivo e bem, por exemplo no ano em curso, reduziu em cerca de 12 milhões o seu orçamento. Quer dizer que não vai gastar mais e as taxas, naturalmente, vão ser mais elevadas. Também diz o alerta da DGAL e do Tribunal de Contas do ponto anterior, que dizia que para além daquele alerta precoce deveriam ter em conta, também, implementar medidas no sentido de reduzir que valor global dos pagamentos em atraso, devem ser reduzidos de forma a que a autarquia tenha as suas contas em dia. O executivo, por antecipação, para além de receber o alerta vai cumprindo. Disse que no dia 11 de novembro foi publicado no www.portalautarquico.dgal.gov.pt, uma informação financeira que dizia que o prazo médio de pagamento da Câmara Municipal de Penafiel, de setembro de 2018 para setembro de 2019, reduziu de 259 dias para 114 dias, uma redução de 56%. Ao mesmo tempo alguns concelhos vizinhos viram aumentar esse prazo. Quando verificam que no prazo homólogo de 1 ano o Município de Penafiel reduziu em 56% o prazo médio de pagamento, isto só pode ser fantástico. Sabia que não era real a imputação anteriormente feita pela bancada do PS, porque se bem se recordavam o senhor deputado Nuno Araújo nessa altura disse que o prazo médio de pagamento de Penafiel passou para 256 dias. Respondemos então que tal não era verdade, que tal erro poderia resultar, provavelmente, da circunstância da diretora da DGAL ser nova e não perceber muito de contas e aumentou aquilo que não era possível aumentar. Agora estava ali a verdade, com uma redução significativa de 56%.-----

----- Referiu que o senhor Presidente continuava no bom caminho, que continuasse a aceitar os alertas e aproveita-los para mostrar todas aquelas evidências e boas contas. -----

----- Desejou um Feliz Natal, cheio de saúde a todos os presentes sem exceção porque são também uma família, em que cada um discute e defende aquilo que é o seu pensamento e a sua convicção, mas não deixam de ser humanos e essencialmente solidários quando for necessário. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que por diversas vezes a bancada do PS mencionou o ofício da DGAL, e o senhor deputado Carlos Pinto foi muito leste a desvalorizar. De facto, os alertas precoces eram dois, mas se e houvesse mais um estariam em incumprimento e isso seria grave para o município, com sanções impostas pela DGAL ou pelo Governo. -----

----- Ficava satisfeito com a redução do prazo médio de pagamento, porque demonstrava o esforço que o município estava a fazer de melhorar aqueles indicadores, e que a partir de agora podiam ter um debate



honesto e começar a usar as fichas da DGAL como suporte. Recordou que ainda há pouco tempo anunciou ali, baseado numa ficha da DGAL, que Penafiel foi um dos municípios do país que mais aumentou a dívida de curto prazo. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que só podiam comparar o que era comparável. Apenas se estava a cingir aos documentos recentes da DGAL, que vinham dar razão de que o executivo estava a reduzir o prazo médio de pagamento conforme alerta da DGAL. Porque aquele era um elemento objetivo, fundamental e muito importante, com que base é que o senhor deputado Nuno Araújo dizia que no passado não era assim porque o que sabia era que aquela informação só existia a partir de 2013, ou seja, com a Lei das Finanças Locais é que o prazo médio de pagamento começou a ter relevância. Pois só a partir de 2013 é que mudaram as regras e não podiam comparar o que estava para trás. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Explicou que ficou claro que se referiu a anos anteriores do atual executivo. Era do conhecimento de todos a Lei das Finanças Locais que foi publicada em setembro de 2013 - Lei 75/2013 de 12 de setembro, em que ali levou a debate, elementos semelhante aos invocados e o senhor deputado tentou desacreditá-los. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----12.º Ponto - Conhecimento da minuta da ata e das atas das reuniões de Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público. -----

----- Abertas as inscrições, ninguém se inscreveu. -----

----- No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa, desejou Festas Felizes a todos os presentes e às suas famílias e a todos os penafidelenses. Que 2020 fosse profícuo para o mundo em geral, para os portugueses e especialmente para todos os penafidelenses. -----

----- Desejou um Feliz Natal e um Bom Ano Novo a todos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----